

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 25/01/2021	



ESTADOS ARRECADARAM 2,14% A MAIS EM 2020, DIZ MINISTÉRIO



admin 25 Janeiro, 2021

A arrecadação dos estados cresceu 2,14% em termos nominais (sem considerar a inflação) em 2020, informou hoje (25) o Ministério da Economia. O levantamento considera receitas líquidas com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

Segundo o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, a arrecadação começou a se recuperar em julho, depois de chegar ao “fundo do poço” no mês anterior. “A arrecadação dos entes subnacionais apresentou recuperação em 2020”, declarou. Rodrigues disse que o levantamento é parcial e nove estados ainda não entregaram os dados de dezembro. Mesmo assim, o secretário afirmou que os resultados são seguros e que representam 70% da arrecadação total dos entes locais no ano passado.

O secretário explicou que a ajuda de R\$ 60,2 bilhões para os estados concedida no ano passado foi mais que suficiente para cobrir as perdas de arrecadação dos governos locais com a pandemia de covid-19. De acordo com Rodrigues, foram repassados 15,7% a mais do que os estados perderam em receitas, principalmente em repasses do Fundo de Participação dos Estados. (Agência Brasil)

Veículo:	
Data: 26/01/2021	



ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA NA BAHIA É ESTENDIDO ATÉ 30 DE JUNHO



admin 26 Janeiro, 2021

A Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA) aprovou a renovação do estado de calamidade pública de 156 municípios baianos devido à pandemia da Covid-19. Além das 156 cidades, houve a renovação para o município de Salvador e para o Estado da Bahia. Em todos os casos, o prazo se estende até 30 de junho. Os parlamentares aprovaram ainda, pela primeira vez, o estado de calamidade pública para os municípios de Nova Viçosa e Jucuruçu. O reconhecimento pelo Parlamento baiano tem sido possível graças aos acordos dos líderes de bancadas e empenho dos legisladores, que apreciam os pleitos por meio de sessões extraordinárias virtuais. Nos municípios, os gestores ganham flexibilidade no manuseio do orçamento para a destinação de recursos ao enfrentamento da crise sanitária sem que o ato implique em crime de responsabilidade fiscal.

Veículo: Bocão News	Política
Data: 26/01/2021	



POLÍTICA

Estado de calamidade pública na Bahia é estendido até 30 de junho



26 de Janeiro de 2021 às 07:20

Por: Divulgação Por: Redação BNews

A Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA) aprovou a renovação do estado de calamidade pública de 156 municípios baianos devido à pandemia da Covid-19.

Além das 156 cidades, houve a renovação para o município de Salvador e para o Estado da Bahia. Em todos os casos, o prazo se estende até 30 de junho.

Os parlamentares aprovaram ainda, pela primeira vez, o estado de calamidade pública para os municípios de Nova Viçosa e Jucuruçu. O reconhecimento pelo Parlamento baiano tem sido possível graças aos acordos dos líderes de bancadas e empenho dos legisladores, que apreciam os pleitos por meio de sessões extraordinárias virtuais.

Nos municípios, os gestores ganham flexibilidade no manuseio do orçamento para a destinação de recursos ao enfrentamento da crise sanitária sem que o ato implique em crime de responsabilidade fiscal.

Pandemia impacta Turismo da Bahia e o setor decresce 59,5% no terceiro trimestre de 2020



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Foto: Romildo de Jesus / Tribuna da Bahia

O volume das atividades turísticas na Bahia, quando comparado com o 3º trimestre do ano anterior, marcou retração de 59,5%, mantendo a tendência de queda, iniciada no 1º trimestre de 2020 (-5,2%). Esse resultado contribuiu negativamente, no resultado nacional, que caiu 46,7%, na mesma análise, de acordo com os resultados da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), realizada pelo IBGE e sistematizados pela **Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia** (SEI).

Em relação à receita nominal das atividades turísticas, a Bahia marcou retração de 62,8%, seguindo o mesmo comportamento do Brasil (-51,6%). O consumo de energia elétrica nas Atividades Características do **Turismo** (ACTs) na Bahia apontou queda de 42,2%, no

3º trimestre de 2020, contra o 3º trimestre de 2019, impactado, principalmente, pela desaceleração em **Hotéis** (-67,8%).

O fluxo doméstico (-77,9%) o fluxo internacional (-99,0%) nos **aeropostos** da Bahia e o fluxo no **porto** de Salvador (-100,0%) no 3º trimestre de 2020 desaceleraram a movimentação de passageiros na capital baiana, impactando na taxa média de ocupação, nos meios de hospedagem em Salvador, numa queda de 32,5 p.p, quando comparados com o 3º trimestre de 2019.

Segundo dados da Secretária da Fazenda (Sefaz), o estado da Bahia arrecadou em **ICMS** aproximadamente R\$ 1,5 bilhão nas ACTs, no 3º trimestre de 2020, com queda nominal de 16,0%, em relação ao mesmo trimestre de 2019, puxado por Transporte por navegação de travessia intermunicipal, interestadual e internacional (-18,3%).

O setor de **turismo** eliminou 1.907 postos de trabalho com carteira assinada no 3º trimestre de 2020. A atividade de Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas (-1.121 postos) foi o subsetor que mais eliminou postos de trabalho no emprego formal das ACTs.

Compartilhe

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia | Procuradoria Geral do

Estado - ICMS | SETUR - Secretaria de Turismo -
Turismo, Hotéis | SEPLAN - Secretaria do Planejamento
- Portos, Aeroportos | SEFAZ - Secretaria da Fazenda -
ICMS

Atividades turísticas caem 59,5% no terceiro trimestre de 2020 na Bahia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Setor de **turismo** eliminou 1.907 postos de trabalho com carteira assinada no 3º trimestre de 2020 | Foto: Divulgação

O volume das atividades turísticas na Bahia, quando comparado com o 3º trimestre do ano anterior, teve uma redução de 59,5%, mantendo a tendência de queda, iniciada no primeiro trimestre de 2020 (-5,2%). A receita da categoria na Bahia marcou retração de 62,8%, seguindo o mesmo comportamento do Brasil (-51,6%).

Os dados são da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e sistematizados pela **Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia** (SEI).

O consumo de energia elétrica nas Atividades Características do **Turismo** (ACTs) na Bahia apontou queda de 42,2%, no 3º trimestre de 2020, contra o 3º trimestre de 2019, impactado, principalmente, pela desaceleração em **Hotéis** (-67,8%).

O fluxo doméstico (-77,9%) o fluxo internacional (-99,0%) nos **aerportos** da Bahia e o fluxo no **porto** de Salvador (-100,0%) no 3º trimestre de 2020 desaceleraram a movimentação de passageiros na capital baiana, impactando na taxa média de ocupação, nos meios de hospedagem em Salvador, numa queda de 32,5 p.p, quando comparados com o 3º trimestre de 2019.

Segundo dados da Secretária da Fazenda (Sefaz), o estado da Bahia arrecadou em **ICMS** aproximadamente R\$ 1,5 bilhão nas ACTs, no 3º trimestre de 2020, com queda nominal de 16,0%, em relação ao mesmo trimestre de 2019, puxado por Transporte por navegação de travessia intermunicipal, interestadual e internacional (-18,3%).

O setor de **turismo** eliminou 1.907 postos de trabalho com carteira assinada no 3º trimestre de 2020. A atividade de Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas (-1.121 postos) foi o subsetor que mais eliminou postos de trabalho no emprego formal das ACTs.

Fonte: A Tarde*

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia | Procuradoria Geral do Estado - ICMS | SETUR - Secretaria de Turismo - Turismo, Hotéis | SEPLAN - Secretaria do Planejamento - Portos, Aeroportos | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - ICMS

Veículo: Gov Bahia	
Data: 26/01/2021	



Para início de nova etapa das obras do VLT, trem do Subúrbio de Salvador deixa de operar em 15 de fevereiro

26 janeiro 2021

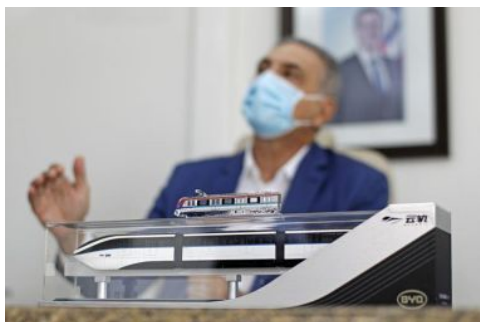


Foto: Fernando Vivas/GOVBA

O projeto para implantação do Veículo Leve de Transporte (VLT) entre o Subúrbio Ferroviário de Salvador e a Ilha de São João, em Simões Filho, entrará em nova fase e será necessário que, a partir do dia 15 de fevereiro, o atual Sistema de Trens do Subúrbio, que conta com 10 estações e liga a Calçada a Paripe, deixe de operar. No atual traçado da ferrovia serão construídos os pilares do elevador do VLT. Para que a população continue se deslocando com tranquilidade e segurança na região, o transporte será feito por ônibus que estão integrados ao sistema metroviário.

A implantação do VLT é realizada pelo Governo do Estado em parceria com a empresa Metrogreen Skyrail e a obra está prevista para ser concluída no prazo de 24 meses. De acordo com o secretário de Desenvolvimento Urbano do Estado, Nelson Pelegrino, foi feito um estudo para diminuir o impacto da mudança na rotina dos moradores da região. “Foi feita uma avaliação e pesquisa de origem e destino dos usuários de transporte público naquela região e sabemos como eles se deslocam. Os passageiros serão orientados sobre as linhas de ônibus que estão servindo aquela região do subúrbio e que podem ser utilizadas em substituição ao trem”.

Ainda de acordo com o secretário, os veículos estão integrados ao sistema de ônibus urbanos e metropolitanos, além do metrô. Ele explica que ao pagar uma única tarifa os usuários poderão pegar dois ônibus e o metrô. “Hoje o trem tem uma tarifa simbólica de R\$ 0,50 que não corresponde ao deslocamento da cidade. Esses usuários poderão pagar R\$ 4,20 numa tarifa integrada. Deixando claro que essa tarifa atual do trem só permite o deslocamento entre Paripe e a Calçada e caso o passageiro necessite ir até o Comércio ou outras regiões centrais da cidade, o usuário paga mais R\$ 4,20, ou seja, R\$ 4,70. Já estudamos todos os roteiros e sabemos as distâncias do trem para as estações de ônibus e haverá toda uma sinalização e trabalho de informar a população para que entenda como poderá se deslocar neste período”.

A paralisação do trem neste momento irá viabilizar que a via seja isolada, seccionada, colocados tapumes e se inicie a retirada da parte aérea de eletrificação da ferrovia. Logo após será iniciada a prova de carga da via, considerada etapa fundamental para que no futuro sejam fincadas as estacas, depois os pilares e por fim a via por onde irá circular o VLT. De forma quase simultânea, também estarão sendo construídas as estações do VLT. Já os vagões estão sendo construídos na China e a previsão é de que o primeiro deles seja embarcado no país asiático com destino a Bahia já no mês de abril deste ano.

O VLT

As obras do VLT têm custo de R\$ 2 bilhões e vão promover avanços para a região do Subúrbio Ferroviário de Salvador, com geração de empregos e oportunidades de novos negócios. O desenvolvimento do projeto vai beneficiar diretamente cerca de 600 mil moradores da região.



- Ilustração: Divulgação/Skyrail



- Ilustração: Divulgação/Skyrail



-



- Ilustração: Divulgação/Skyrail

O atual percurso feito pelo trem do Subúrbio, entre Calçada e Paripe, dura em média 40 minutos. Com a chegada do VLT esse percurso será feito em 25 minutos. Já o tempo de espera pelo trem entre uma viagem e outra é de 40 a 50 minutos e deve cair para quatro minutos, no horário de pico, com o novo modal viário.

O VLT terá capacidade para transportar cerca de 170 mil usuários por dia, será movido à propulsão elétrica, sem emissão de agentes poluentes que prejudicam o meio ambiente. É considerado um meio de transporte rápido, seguro e confortável e deve ser equipado com sistema de ar condicionado e wi fi. A Fase 1 compreende 19,2 km, com 21 estações e vai ligar o bairro do Comércio, na cidade baixa da capital, até a Ilha de São João, em Simões Filho, na Região Metropolitana de Salvador. Na fase 2, que liga a região de São Joaquim até o Acesso Norte (integração com o metrô) estão previstas mais 5 estações.

Linhas alternativas ao trem

Após a avaliação das linhas do Sistema Integrado de Transporte Coletivo que atendem a região do Subúrbio Ferroviário com percurso coincidente, integral ou parcialmente, ao trajeto realizado pelo trem foram definidas as linhas abaixo como principais alternativas:

- 1614 – Itaipara X Mirantes de Periperi Via Brotas;
- 1607 – Barra X Paripe Cocisa;
- 1550 – Vista Alegre/Alto de Coutos/Estação Pirajá;
- 1633 – Ondina X Mirantes de Periperi;
- 1606-01 – Base Naval Barroquinha;
- 1606-00 – Paripe X Barroquinha;
- 1651 – Lapa X Base Naval Via Estrada Velha;
- 1637 – Mirantes de Periperi – Imbuí/Boca do Rio;
- 0706-00 – Nordeste – Joanes / Lobato;
- 1642 – Lapa X Boa v. Lobato;
- 1615 – Lapa X Plataforma;
- 1568 – Barra X Faz. Coutos/vista Alegre;
- L111 – Baixa Do Fiscal / Lobato – Brasilgás
- 1567 – Vista Alegre – Barra
- 1608 – Paripe X Ribeira
- 1635 – Joanes X Lobato X Rodoviária

Os usuários que embarcavam na estação Calçada (Sentido Paripe) deverão se dirigir ao Largo da Calçada onde poderá embarcar na linha 1607 – Barra X Paripe Cocisa. A distância entre a Estação Calçada e ponto de ônibus indicado é de 80 metros.

Os passageiros que embarcavam na Santa Luzia (Sentido Paripe) deverão se dirigir à Avenida Suburbana e poderão embarcar na linha 1607 – Barra X Paripe Cocisa. A distância entre estação Santa Luzia e o ponto de ônibus indicado é de 290 metros.

Quem embarcava na Estação Lobato (Sentido Paripe) deverá se dirigir à Rua Nova da Estação onde poderá embarcar nas seguintes linhas: 1568 – Barra X Faz. Coutos/vista, L111 – Baixa Do Fiscal / Lobato, 1607 – Barra X Paripe. A distância entre Estação Lobato e o ponto de ônibus indicado é de 214 metros.

Os passageiros que embarcavam na Estação Lobato (Sentido Calçada) deverão se dirigir à Rua Nova da Estação onde poderá embarcar nas seguintes linhas: (1615) – Plataforma X Lapa, (1633) Mirantes de Periperi – Ondina, (1607) Paripe – Barra , (1614) Mirantes de Periperi Via Brotas – Itaipara. A distância entre a estação e o ponto indicado é de 290 metros.

Os usuários que embarcavam na Estação Plataforma (Sentido Calçada) , deverão se dirigir ao Largo São João do Cabrito onde poderão embarcar nas seguintes linhas: (1615) – Plataforma X Lapa; (1633) Mirantes de Periperi – Ondina; (1607) Paripe – Barra e (1614) Mirantes de Periperi Via Brotas – Itaipara.

O usuário que embarcava na Estação Plataforma (Sentido Paripe) deverá se dirigir ao Largo São João do Cabrito onde poderá embarcar nas seguintes linhas: 1568 – Barra X Faz. Coutos/vista Alegre; L111 – Baixa Do Fiscal / Lobato – Brasilgás e 1607 – Barra X Paripe Cocisa. A distância entre a estação e o ponto indicado é de 270 metros.

Quem embarcava na Estação Itacaranha (Sentido Paripe) deverá se dirigir às ruas Gervásio Cerqueira, R. da Palestina, R. Afrânio Peixoto onde poderá embarcar nas seguintes linhas: (1633) Ondina – Mirantes de Periperi (1568) Barra – Faz. Coutos/Vista Alegre, (1637) Imbuí/Boca do Rio – Mirantes de Periperi, (1614) Itaigara – Mirantes de Periperi Via Brotas e (1607) Barra – Paripe Cocisa. A distância entre a estação e o ponto indicado é de 595 metros.

O usuário que utilizava a Estação Escada (Sentido Paripe) deverá se dirigir à Avenida Afrânio Peixoto onde poderá embarcar nas seguintes linhas: 1568- Barra X Faz. Coutos/Vista Alegre e 1651-Lapa X Base Naval/Via Estrada Velha. A distância entre a estação e o ponto indicado é de 224 metros.

O usuário que utilizava a Estação Escada (Sentido Calçada) deverá se dirigir à Avenida Afrânio Peixoto onde poderá embarcar nas seguintes linhas: 1568- Barra X Faz. Coutos/Vista Alegre e 1651-Lapa X Base Naval/Via Estrada Velha. A distância entre a estação e o ponto indicado é de 212 metros.

O usuário que embarcava na Estação Praia Grande (Sentido Paripe) deverá se dirigir à Avenida Afrânio Peixoto onde poderá embarcar nas seguintes linhas: 1568 -Barra X Faz. Coutos/Vista Alegre e 1651-Lapa X Base Naval/Via Estrada Velha. A distância entre a estação e o ponto indicado é de 208 metros.

O usuário que embarcava na Estação Praia Grande (Sentido Calçada) deverá se dirigir à Avenida Afrânio Peixoto onde poderá embarcar nas seguintes linhas: 1568 -Barra X Faz. Coutos/Vista Alegre e 1651-Lapa X Base Naval/Via Estrada Velha. A distância entre a estação e o ponto indicado é de 203 metros.

O usuário que embarcava na Estação Periperi (Sentido Paripe) deverá se dirigir à Avenida Afrânio Peixoto onde poderá embarcar nas seguintes linhas: 1568 -Barra X Faz. Coutos/Vista Alegre, 1606-Paripe X Barroquinha, 1607- Paripe X Cocisa e L111- Baixa do Fiscal/Lobato – Brasilgás. A distância entre a estação e o ponto indicado é de 40 metros.

O usuário que embarcava na Estação Periperi (Sentido Calçada) deverá se dirigir à Avenida Afrânio Peixoto onde poderá embarcar nas seguintes linhas: 1568 -Barra X Faz. Coutos/Vista Alegre e 1607- Paripe X Cocisa e L111- Baixa do Fiscal/Lobato – Brasilgás. A distância entre a estação e o ponto indicado é de 10 metros.

O usuário que embarcava na Estação Coutos (Sentido Paripe) deverá se dirigir a Avenida Afrânio Peixoto onde poderá embarcar nas seguintes linhas: 1568 -Barra X Faz. Coutos/Vista Alegre e 1607- Paripe X Cocisa e L111- Baixa do Fiscal/Lobato – Brasilgás. A distância entre a estação e o ponto indicado é de 120 metros.

O usuário que embarcava na Estação Coutos (Sentido Calçada) deverá se dirigir à Avenida Afrânio Peixoto onde poderá embarcar nas seguintes linhas: 1568 -Barra X Faz. Coutos/Vista Alegre e 1607- Paripe X Cocisa, L111- Baixa do Fiscal/Lobato – Brasilgás e 1651-Lapa X Base Naval/Via Estrada Velha. A distância entre a estação e o ponto indicado é de 10 metros.

O usuário que embarcava na Estação Paripe (Sentido Calçada) o usuário deverá se dirigir à Avenida São Luís onde poderá embarcar nas seguintes linhas: -Barra X Faz. Coutos/Vista Alegre e -Barra X Faz. Coutos/Vista Alegre. A distância entre a estação e o ponto indicado é de 150 metros.

Repórter: Jairo Gonçalves

Veículo: Gov Bahia	
Data: 26/01/2021	



Indústria calçadista vai gerar 1 mil empregos em Santo Antônio de Jesus

25 janeiro 2021



Responsável por mais de 10 mil empregos na Bahia, a DASS Nordeste Calçados e Artigos Esportivos pretende investir R\$ 40 milhões na implantação de mais uma unidade industrial no estado, no município de Santo Antônio de Jesus, no galpão onde funcionava a Ramarim. A empresa, em atuação há 15 anos no estado, é voltada à fabricação de calçados esportivos e tem a previsão de gerar mais 1 mil empregos diretos e indiretos na primeira fase da operação. O protocolo de intenções foi assinado com o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), nesta segunda-feira (25). A nova fábrica terá capacidade de produção de 2 milhões de pares por ano e pretende iniciar as obras em março deste ano.

“Três dos nossos maiores objetivos são: geração de empregos, redução das desigualdades regionais e sociais nos municípios e o fomento da economia baiana. A DASS é a maior empregadora da Bahia, tem 4 unidades industriais instaladas no Estado, sendo uma em Santo Estevão, uma em Itaberaba e duas em Vitória da Conquista. Tivemos no início de 2020 o fechamento da Ramarim em Santo Antônio de Jesus, mas agora temos essa excelente notícia para o município. Estamos no caminho certo, o governador Rui Costa e eu estamos empenhados em estimular novos investimentos na Bahia”, destaca o secretário de Desenvolvimento Econômico, João Leão.

De acordo com o diretor presidente da empresa, João Henrique Hoppe, no aporte total do investimento está previsto a criação de um Outlet na região, para comercializar produtos fabricados na unidade de Santo Antônio de Jesus. “A DASS pretende ampliar as suas operações aqui na Bahia, com a maior parte da operação concentrada na região. Neste ano de 2021 estamos fazendo a ampliação dessa operação, com parte dela destinada ao município de Santo Antônio de Jesus, onde existe uma edificação do Governo, que já era uma indústria calçadista. Portanto, possui mão de obra com experiência, que nos permite iniciar de forma imediata essa expansão no município. Estamos aqui confirmando a nossa parceria com a Bahia e os baianos e fazendo uma aposta no Brasil”, explica.

Fonte: Ascom/ SDE

Veículo: Gov Bahia	
Data: 26/01/2021	



Grupo francês conhece potenciais para investimentos do extremo ao baixo sul da Bahia



Uma comitiva de atração de investimentos do Governo do Estado, chefiada pelo vice-governador João Leão, secretário de Desenvolvimento Econômico, esteve nas regiões sul, baixo Sul e extremo Sul da Bahia, neste final de semana. Na ocasião, executivos do grupo francês Egis conheceram potencialidades para investimentos. A operação do aeroporto de Porto Seguro, do Porto de Ilhéus e a duplicação da BA-001 estão entre as possibilidades de negócios futuros. A companhia é líder mundial na área de concessão e operação de rodovias com pedágio e emprega 15,8 mil colaboradores no mundo. Na Bahia, tem interesse em expandir atividades nas áreas de concessões.

“Estamos empenhados, juntos com o governador Rui Costa, em trazer mais investimentos para o estado, sobretudo após o fechamento da Ford. Queremos gerar emprego, renda e, por isso, não paramos nem mesmo nos finais de semana. Estivemos nestas mesmas regiões, no início do mês, com uma empresa de Portugal e, agora, voltamos com essa importante empresa da França. Tenho certeza que iremos, logo logo, firmar um memorando de intenções. Eles querem investir e nós temos potencial para recebê-los”, afirma Leão.

O diretor de Rodovias e Aeroportos da Egis, Paulo Serra, destaca a possibilidade de investir no aeroporto de Porto Seguro: “É uma bela oportunidade, aeroporto novo, o estudo está pronto, o Governo informou que deve estar sendo publicado brevemente e a Egis, como uma empresa que tem uma participação bastante importante em aeroportos no mundo inteiro, aeroportos do tamanho próximo a este, nós vamos ter muito interesse em estudar com carinho para poder participar dessa futura licitação”.

Ao lado da diretora de Investimentos e Novos Negócios da Egis na América Latina, Agathe Vigne, Serra diz ainda ter a certeza, sobre a BA-001, que de posse dos estudos de engenharia que o governo baiano fará, poderão fazer uma avaliação técnica e econômica da viabilidade desse investimento. “Estamos aqui para realmente ajudar, é o que nós sabemos fazer, é o nosso negócio. Então a gente espera, no futuro, participar desses investimentos na Bahia. Nós já estamos aqui presentes e é uma meta nossa fincar pé aqui no estado”, declara o executivo.

A companhia francesa já está participando do desenvolvimento do Plano Nacional de Aeroportos, com o Governo da Bahia. “Nós participamos há um tempo da implantação do Metrô de Salvador, como consultoria, e estamos trabalhando com as concessionárias de rodovias aqui da Bahia. Queremos logo criar uma filial aqui na Bahia para estar contribuindo com a engenharia local”, projeta Serra.

No sábado (23), a comitiva conheceu o aeroporto de Porto Seguro, a Ilha de Comandatuba, em Una, e o Porto, a Ponte Jorge Amado, o Mirante da Piqueira e o Alto São Sebastião, em Ilhéus. Já no domingo (24), percorreu a BA-001, passando pelos municípios de Itacaré, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Taperoá e Valença.

Fonte: Ascom/Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE)

Veiculo: Política Livre	
Data: 23 a 25.01.2021	Caderno: Economia



25 de janeiro de 2021 | 21:30

Bahia ultrapassa a marca de meio milhão de vacinas contra Covid-19

BAHIA

A terceira remessa de vacinas contra a Covid-19 a desembarcar na Bahia chegou em um voo comercial no fim da tarde desta segunda-feira (25), no Aeroporto Internacional de Salvador.

Com 54.600 doses da CoronaVac, o imunizante produzido pelo Instituto Butantan e pela chinesa Sinovac Biotech, a carga seguiu para a Central Estadual de Armazenamento e Distribuição de Imunobiológicos da Secretaria da Saúde do Estado (Sesab), em Simões Filho, para que possa ser distribuída para todos os municípios baianos.

Esta nova leva faz parte do segundo pedido para uso emergencial da CoronaVac feito pelo Butantan à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). A autorização foi dada pelo órgão federal na última sexta-feira (22).

Vacinas para a Bahia

A chegada deste novo lote ocorre exatamente uma semana após a primeira remessa de vacinas desembarcar na Bahia, com 376.600 doses da CoronaVac, no fim da noite da última segunda-feira (18). Já a segunda leva de vacinas enviadas pelo Ministério da Saúde para imunizar baianos de Salvador e de todas as cidades do interior chegou na manhã deste domingo (24) e foi composta por 119.500 doses da vacina Oxford/Astrazeneca. Ao todo, já foram enviadas à Bahia 550.700 doses de vacinas contra o novo coronavírus.

Veiculo: Política Livre	
Data: 23 a 25.01.2021	Caderno: Economia



25 de janeiro de 2021 | 17:31

Bahia vacina mais de 84 mil baianos contra Covid-19

BAHIA

Com 84.177 baianos vacinados contra o coronavírus (Covid-19) até as 14 horas desta segunda-feira (25), a Bahia é um dos estados com o maior número de pessoas imunizadas. De acordo com a Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (Sesab), diariamente é realizado contato com as equipes de cada município a fim de aferir o quantitativo de doses aplicadas e disponibiliza as informações detalhadas no painel <https://bi.saude.ba.gov.br/vacinacao>.

A TARDE**Limite orçamentário: como lidar com o teto de gastos com pessoal?****Terence Lessa**

Contador público

Quando se fala em Orçamento Público, estamos falando do conjunto de normas que norteia a atuação do gestor público, com a previsão de receitas e despesas e dos limites para realizá-las, balizadas pelas Leis Orçamentárias, pela lei de Responsabilidade Fiscal e pela própria Constituição Federal.

O Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) são as três leis que regem o ciclo orçamentário, formando um sistema integrado de planejamento e orçamento, reconhecido na Constituição Federal, que deve ser adotado pelos municípios, estados e União.

Com o advento da Lei de Responsabi-

lidade Fiscal, o índice de pessoal, cujo limite de gasto deve comprometer no máximo 60% do orçamento municipal, pode se tornar o calcanhar-de-aquiles do controle fiscal do gestor público.

A dificuldade decorre principalmente do aumento natural desses gastos diante do crescimento da demanda por serviços no município, que exigem pessoal, ao tempo em que os programas federais, como Bolsa Família, CRAS, CREAS e SAMU,

A consequência do não entendimento dessa matemática financeira é a penalização dos prefeitos

também integram estas contas (uma vez que a contrapartida oferecida pelo Governo Federal não é o suficiente para o custeio do pessoal envolvido), o que torna o controle orçamentário ainda mais dificultoso, uma vez que avançar os gastos além do limite pode comprometer o gestor, que incorrerá em crime de responsabilidade.

Diante tal previsão legal, por vezes é necessário fazer ajustes financeiros para evitar o corte de funcionários, uma vez que o aumento no patamar de despesas, a fim de evitar o descumprimento da legislação em vigor.

A consequência do não entendimento dessa matemática financeira é a penalização dos prefeitos, tanto pelo Tribunal de Contas quanto pela população e pelos seus próprios funcionários.

A solução mais simples para este problema recorrente seria a derrubada do

teto de gastos com pessoal (inclusive, a possibilidade chegou a ser ventilada em algumas ocasiões) ou o seu aumento. Entretanto, ainda que isso ocorresse, seria necessário planejar com cautela o orçamento, a fim de atender não só aos gastos com pessoal, mas a todos os outros que existem na administração.

Uma das formas mais eficientes de planejar e corrigir essa despesa é a realização de Auditoria em Folha de Pagamento, realizada por empresas de Contabilidade e especialistas, capazes de identificar vantagens indevidas e pagamentos dispensáveis que engrossam as despesas com pessoal todos os meses.

É preciso ainda que os gestores usem de planejamentos fiscal e contábil gerencial eficientes, a fim de organizar cuidadosamente o seu orçamento, equilibrando as contas e a prestação de serviços, sem incorrer em crime de responsabilidade.

ECONOMIA & NEGÓCIOS

economia@grupoatarde.com.br

COVID-19 Desonerações para enfrentar pandemia contribuíram para queda no ano passado; valor veio acima do esperado pelas instituições financeiras

Coronavírus: arrecadação federal cai 6,91% em 2020

AGÊNCIA BRASIL

A queda da atividade econômica provocada pela pandemia da Covid-19, aliada às desonerações para ajudar pessoas físicas e empresas, fez a arrecadação federal cair no ano passado. Segundo a Receita Federal, a União arrecadou R\$ 1,479 trilhão em 2020, recuo de 6,91% em relação ao ano anterior, descontada a inflação oficial pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

O valor veio acima do esperado pelas instituições financeiras. Segundo o relatório Prisma Fiscal, pesquisa mensal divulgada pelo Ministério da Economia, os analistas de mercado esperavam que a arrecadação fechasse 2020 em R\$ 1,461 trilhão. Com o resultado em 2020, a arrecadação federal registrou o nível mais baixo desde 2010, em valores também corrigidos pelo IPCA.

Apesar da queda no acumulado do ano, a arrecadação federal reagiu em dezembro. No mês passado, a União arrecadou R\$ 159,065 bilhões, com alta de 3,18% em relação a dezembro de 2019. O resultado foi o melhor para o mês desde 2013, descontada a inflação. O valor foi superior ao projetado pelas instituições financeiras, que estimavam arrecadação de R\$ 150,068 bilhões, de acordo com o Prisma Fiscal.

Fatores

A Receita Federal listou quatro fatores para explicar a queda na arrecadação no ano passado. O primeiro foi a crise econômica decorrente da pandemia do novo coronavírus. Nos 12 meses terminados em novembro de 2020, fator levado em conta para a arrecadação de dezembro, a produção industrial recuou 5,32%, a venda de bens caiu 1,07%, e as vendas de serviços encolheram 7,41%.

Essas retrações impactam a arrecadação de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), relacionado ao desempenho da indústria, e do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), relacionados às vendas. A receita de IPI caiu 7,01%; e a de PIS/Cofins, 11,92%, no ano passado, descontado o IPCA. O aumento do desemprego reduziu em 7,16% a arrecadação da Previdência Social em 2020, também descontada a inflação.

O segundo fator que contribuiu para a queda da arrecadação foi o crescimento nominal (sem correção pela inflação) de R\$ 62,1 bilhões nas compensações tributárias no ano passado. Por meio das compensações, os contribuintes abatam tributos a mais pagos anteriormente. Antes da pandemia, várias empresas pagaram Imposto de Renda e Contribuição So-

cial sobre o Lucro Líquido (CSLL) baseadas em previsões de lucros que não se cumpriram. Dessa forma, conquistaram direito a desconto nos pagamentos seguintes.

Adiamentos

O terceiro fator foram os adiamentos do pagamento de tributos nos primeiros meses da pandemia. O governo permitiu o diferimento (adiamen-

to) do recolhimento de até R\$ 85 bilhões no ano passado. No entanto, segundo estimativas da própria Receita, R\$ 20,76 bilhões que deveriam ter sido quitados até dezembro deixaram de ser pagos.

O quarto fator que ajudou a derrubar a arrecadação em 2020 foi a redução a zero do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) em operações de crédito.

Marcello Casal jr. / Agência Brasil



Segundo a Receita Federal, a União arrecadou R\$ 1,479 trilhão em 2020

Mês passado, a União arrecadou R\$ 159,065 bilhões, com alta de 3,18% em relação a dezembro de 2019

O aumento do desemprego reduziu em 7,16% a arrecadação da Previdência

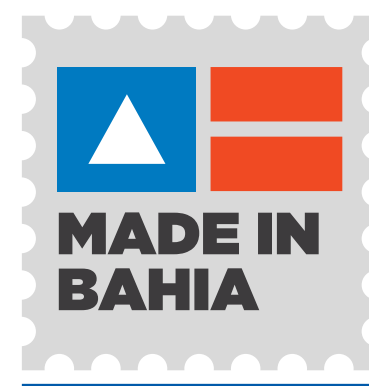
Queda na arrecadação foi “excelente”, diz Guedes

A queda na arrecadação federal em 2020 pode ser considerada um “resultado excelente”, diante das estimativas no início da pandemia de Covid-19, disse ontem o ministro da Economia, Paulo Guedes. Ao comentar a arrecadação do ano passado, ele reafirmou que os números mostram que a economia está em recuperação.

Em rápido discurso na apresentação dos dados, o ministro lembrou que, em maio, a arrecadação chegou a cair 32% em relação ao mesmo mês do ano anterior, descontada a inflação. De lá para cá, ressaltou Guedes, as receitas do governo iniciaram um processo de recuperação

até registrar crescimento de 3,18% na arrecadação de dezembro na comparação com dezembro de 2019.

“A arrecadação é um dos indicadores do ritmo de crescimento da economia brasileira. A economia brasileira voltou em V [forte queda seguida de forte alta]”, declarou o ministro. Guedes acrescentou que a recuperação econômica se expressará de forma mais intensa no emprego formal, dizendo acreditar que o resultado do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), a ser divulgado na quinta-feira, mostrará que as perdas de vagas com carteira assinada no início da pandemia foram revertidas.



GACC-BA: há 33 anos praticando solidariedade



Divulgação

ROBERTO SÁ MENEZES

Economista, fundador e presidente do Grupo de Apoio à Criança com Câncer

Em meados dos anos 80, durante o tratamento de um linfoma que acometera aos 9 anos o meu filho mais velho, a médica Nubia Mendonça, manifestou sua ideia de fundar uma instituição que apoiasse pacientes pobres a ter a mesma possibilidade de sucesso que meu filho tivera. Começamos a nos mobilizar com outros pais, amigos e profissionais de saúde para tornar realidade aquele sonho. Aí começa a história do Grupo de Apoio à Criança com Câncer – Bahia formalmente constituído em 05 de janeiro de 1988.

Naquele ano, as chances de cura do câncer eram de apenas 35%. Havia muitos pacientes do interior do estado que desistiam do tratamento devido à falta de condições financeiras para pagar despesas como hospedagem, transporte e alimentação.

Nossa primeira casa, no bairro de Nazaré, era simples, com apenas dois pisos e 4 quartos. Com o aumento dos serviços, adquirimos outro imóvel, em 1993, mas que não demorou a se mostrar insuficiente. Naquela época, eram poucas as casas de apoio para a quantidade de crianças que precisavam de ajuda. Com este cenário, surgiu a necessidade de construir uma sede maior, outro sonho concretizado em julho de 2000, com a doação, em 1998, de um terreno de 4.500 m² pelo Monte Tabor - Centro Ítalo Brasileiro de Promoção Sanitária e ajuda de empresas, doadores pessoas físicas e principalmente do Fundo Social do BNDES.

Atendemos, mensalmente, cerca de 240 crianças e adolescentes, além de seus acompanhantes, oriundos da capital e do interior. Oferecemos, gratuitamente, hospedagem, alimentação, transporte, assistências social, odontológica, fisioterápica, nutricional, psicológica e apoio educacional. Desenvolvemos, também, atividades lúdicas e artísticas, em espaços modernos e estruturados, a exemplo da biblioteca e brinquedoteca, além de trabalhos com os acompanhantes.

A ampliação dos serviços exigiu esforços de captação de recursos. A nossa primeira fonte de receita veio com a implantação do telemarketing ativo e a exploração de um estacionamento, além das doações da comunidade. Atualmente, contamos com duas atividades, sempre na área de saúde, como a Clínica de Medicina de Tráfego e o Centro de Diagnóstico do GACC-BA (CDG).

O CDG, fundado em 2006, com certificação de qualidade PALC, é a nossa principal fonte de receita e atua em importantes especialidades na área de Biologia Molecular: Diagnóstico de Doenças Infecciosas, Imunofenotipagem, Imunogenética e Transplantes, além de atuar também com análises clínicas. Com a pandemia do novo Coronavírus e a consequente queda das doações, aproveitamos nossa estrutura, habilitada pelo LACEN-BA para ofertar o exame RT-qPCR, padrão ouro para detecção da Covid-19.

Ao longo dos anos, conquistamos importantes premiações e reconhecimentos que endossam nossa dedicação e seriedade com a causa. O Prêmio Bem Eficiente – em 1998, 2001, 2004 e 2006 – e, mais recentemente, o Melhores ONGS do Brasil, são alguns deles.

Novos sonhos são continuamente concretizados com a solidariedade de doadores, voluntários, parceiros e amigos. Passados 33 anos, temos orgulho em contribuir para que as chances de cura atinjam mais de 80% e que nenhum paciente tenha abandonado o tratamento.

AVIÕES

Aprovado financiamento de R\$ 450 mi

AGÊNCIA BRASIL

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou financiamento de R\$ 450 milhões para exportação de aviões brasileiros produzidos pela Embraer para a companhia aérea norte-americana SkyWest Airlines. A liberação é por meio da linha de crédito BNDES Exim Pós-Embarque, sendo a operação garantida por seguro de crédito chamado Aircraft Non-Payment Insurance (ANPI), operado pelo consórcio de seguradoras privadas Aircraft Finance Insurance Consortium (AFIC).

O BNDES destacou a estrutura inovadora do finan-

ciamento, em que, pela primeira vez, a instituição faz uma operação dessa natureza com seguro privado de crédito. “Trata-se de um marco para a fabricante brasileira e um importante instrumento na diversificação de garantias disponíveis pa-

Os recursos do BNDES são desembolsados em reais no Brasil, para a Embraer

ra o apoio do BNDES às exportações do setor”, informou hoje (25) o banco.

Nessa modalidade, os recursos do BNDES são desembolsados em reais no Brasil, para a Embraer, que é a empresa exportadora. O financiamento será pago ao banco em dólares pela empresa estrangeira compradora dos bens. “Isso significa a entrada de divisas no país, a partir do apoio ao desenvolvimento industrial e à exportação de produtos nacionais de alto valor agregado”, completou.

A previsão é de que a SkyWest importe aeronaves modelo E175, que pertence à primeira família E-jets e é líder de vendas no

seu segmento. O avião tem capacidade para transportar até 88 passageiros. Segundo o BNDES, mais de seiscentas aeronaves Embraer E175 estão em operação no mundo. O avião é ainda um dos modelos menos impactados pela crise mundial causada pela pandemia da covid-19.

Seguro

A AFIC é um consórcio de seguradoras privadas que oferece seguro de crédito para financiamento de aeronaves (ANPI), com classificação de risco investiment grade e cobertura integral do crédito pelo prazo total da operação de financiamento.

Veículo: A Tarde	Coluna: Matheus Souza
Data: 26/01/2021	Página: 03

A TARDE

A importância do Mercosul para a Bahia

Matheus Souza

Coordenador e professor do Bacharelado em Relações Internacionais da Unijorge

Em 2021 o Mercado Comum do Sul completará 30 anos de existência. Por um lado, é importante celebrar o aniversário do estratégico bloco de países sul-americanos; por outro, é necessário observar sua relevância para o Brasil e, especialmente, para a Bahia, no atual contexto de crise.

Fundado por Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, o Mercosul conta hoje com Venezuela (suspensa) e outros Estados associados – Bolívia (em processo de adesão), Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Peru e Suriname. Conforme Artigo 1º do Tratado de Assunção, sua criação visa o estabelecimento da livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre seus membros, pertinente para a retomada de crescimento no atual contexto.

O desafio é grande. Se o Brasil exportou

quase US\$ 14.750 bi e importou cerca de US\$ 12.969 bi nas suas trocas com o Bloco em 2019, esses números em 2020 diminuíram (US\$ 12.389 bi e US\$ 10.415,7 bi, respectivamente), confirmando tendência de queda de anos anteriores. O cenário futuro é mais complexo diante da saída da Ford do país, já que veículos de passageiros representaram 15% das exportações para o Bloco em 2019, e 13% em 2020.

Essas dinâmicas impactam a Bahia. A exportação de automóveis para a Argentina liderou as vendas baianas para o Bloco em 2020, representando cerca de 43% a mais do que as exportações do 2º produto mais vendido, fios de cobre. Mais que isso, a Argentina foi nosso 4º maior comprador no ano passado, e, apesar das vendas para os outros países membros não serem desprezíveis, temos déficits na balança comercial com grande parte deles.

Há espaço, porém, para se encarar os desafios, e a Bahia dispõe de um ecossistema que contribui para tanto. Em Sal-

vador estão consulados gerais de Argentina e Uruguai, e honorários de Bolívia, Chile e Peru. Há ainda atores empresariais promotores da internacionalização baiana, como a Câmara Empresarial de Comércio Argentina-Bahia, o Centro de Negócios Internacionais da Fieb e a Associação Comercial da Bahia, e poder e opinião públicos parecem dar cada vez mais importância ao internacional.

Ademais, mais recentemente a Unijorge, via curso de Relações Internacionais, firmou com a Secretaria do Mercosul convênio de cooperação que prevê a realização de eventos acadêmicos, pesquisas e a criação de um programa de estágios para seus estudantes. Nos próximos anos, Unijorge e Mercosul buscarão contribuir para que atores locais aproveitem oportunidades e tratem de outros temas – registre-se a existência do Instituto Social e do Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos do Bloco. O Mercosul sempre foi importante para o Brasil, e é fundamental que faça parte das estratégias baianas de internacionalização.

ECONOMIA

DASS ANUNCIA FÁBRICA EM SANTO ANTÔNIO DE JESUS

CALÇADOS Responsável por mais de 10 mil empregos na Bahia, a Dass Nordeste Calçados e Artigos Esportivos pretende investir R\$ 40 milhões na implantação de mais uma unidade industrial no estado, no município de Santo Antônio de Jesus, no galpão onde funcionava a Ramarim.

A empresa, em atuação há 15 anos no estado da Bahia, é voltada à fabricação de calçados esportivos e tem a previsão de gerar cerca de 1 mil empregos diretos e indiretos na primeira fase da operação.

O protocolo de intenções foi assinado com o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), ontem. A nova fábrica terá capacidade de produção de dois milhões de pares por ano e pretende iniciar as obras em março deste ano.

BOLETIM FOCUS

3,50%

é a expectativa do mercado financeiro para a inflação deste ano no país. Na semana passada, a previsão era de uma alta de 3,43%. Os dados são do Boletim Focus, do Banco Central

3,49%

é a estimativa para o crescimento da economia. Na semana passada, a previsão era de uma alta do PIB de 3,45%. Para 2022, o mercado manteve em 2,50% a estimativa de expansão do PIB

OI RECEBE PROPOSTA POR UNIDADE DE FIBRA ÓPTICA

EMPRESA A Oi informou ontem que recebeu no último dia 22 propostas vinculantes de terceiros para a aquisição parcial da unidade da operadora de telecomunicações que reúne ativos de fibra óptica. De acordo com a empresa, todas as ofertas foram acima do valor mínimo definido no aditamento do plano de recuperação em que a Oi se encontra, e que prevê a alienação parcial. "As propostas recebidas estão sob análise da companhia, que poderá se engajar em tratativas com o ofertante da melhor proposta, em regime de exclusividade, com o objetivo de negociar os instrumentos finais", disse a operadora.

Wilson Ferreira Junior deixa a presidência da Eletrobras

MUDANÇA O presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Junior, renunciou ao cargo, alegando motivos pessoais. A informação foi prestada pela empresa em fato relevante enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) anteontem. Segundo o ofício, o executivo vai deixar a presidência da empresa no dia 5 de março. Ainda não há um sucessor indicado.

Ferreira Junior vai assumir o comando da BR Distribuidora. Na BR, ele foi indicado para assumir a presidência no lugar de Rafael Grisolia, que vai deixar a companhia no final deste mês.

A saída do executivo, que antes da Eletrobras presidiu por 18 anos a CPFL Energia, vem após potucos avanços na desestatização - Ferreira Jr. é grande defensor da privatização da empresa. No cargo desde julho de 2016, ele foi nomeado pelo ex-presidente Michel Temer. Depois, foi convidado pelo governo de Jair Bolsonaro para continuar no comando da estatal, sob expectativas de que liderasse a continuidade de planos para a privatização da companhia.

Ferreira Junior esclareceu que um dos motivos da renúncia foi considerar que as concessões para geração de energia que operam em regime de cotas são desfavoráveis não só para a União, como também para o consumidor brasileiro.

Outra razão é que ele não vê o processo de privatização da Eletrobras como prioridade no Congresso Nacional. Para o presidente, "se o assunto não for julgado rapidamente, no primeiro semestre, será difícil viabilizá-lo (a privatização) este ano". No ano que vem, que é um ano de eleição, o projeto encontraria dificuldade ainda maior. "É uma percepção pessoal", destacou.

Ele aceitou, entretanto, o convite feito pelo ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, e continuará como membro do Conselho de Administração da companhia. Para isso, já fez solicitação ao Comitê de Ética Pública da Presidência da República. Disse que seu compromisso é fazer a transição em 45 dias para o novo presidente assumir, além de fechar o balanço de 2020.

"Tive e estou tendo a honra de conduzir o maior grupo de energia da América Latina, um dos cinco maiores do mundo". Para Ferreira Junior, o processo de reestruturação da Eletrobras foi um dos maiores que conduziu.

●● Nós não conseguimos ver a tração que esse processo [de privatização] deveria ter. É uma percepção pessoal. E em cima dela foi que eu tomei essa decisão anunciada no último domingo Wilson Ferreira Junior

presidente-executivo da Eletrobras



De saída da Eletrobras, Wilson Ferreira Junior vai assumir comando da BR Distribuidora

Fecomércio cria novos projetos para incentivar a inovação

VAREJO A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Fecomércio-BA) anunciou a criação do Centro de Inovação e Tecnologia (CIT), que vai reunir 30 empresas e entidades privadas e públicas. A câmara se junta às outras seis já existentes na Fecomércio-BA. A gestão de inovação se tornou um requisito básico para gerar soluções, entre-gar valor ao consumidor e

atividade comercial. O Centro de Inovação propõe a possibilidade de ampliação dos negócios, por meio de ações como programas de qualificações, mentorias, criação de fóruns do comércio e do turismo, participações em eventos, dentre outras.

Além disso, acontece no dia 3 de fevereiro o lançamento da Câmara de Inovação e Tecnologia (CIT), que vai reunir 30 empresas e entidades privadas e públicas. A câmara se junta às outras seis já existentes na Fecomércio-BA.

A gestão de inovação se tornou um requisito básico para gerar soluções, entre-gar valor ao consumidor e

reduzir custos. Porém, na prática, ainda são poucas as empresas que conseguem implementar essa cultura em seus processos.

Algumas secretarias como a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia (Secti), Secretaria Municipal de Sustentabilidade e Resiliência (Secis) e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (Secur), também fazem parte da CIT da Fecomércio-BA.

Entre as empresas, estão a Solutis, Cubos, Vale do Dendê, Hub de Salvador, Hub de Inovação do Banco do Nordeste (BNB) e os braços sociais, que completam o Sistema Fecomércio-BA, Sesc e Senac.

BALANÇA COMERCIAL TEM DÉFICIT NA 3ª SEMANA DE JANEIRO

NEGÓCIOS A balança comercial brasileira registrou um déficit de US\$ 824,3 milhões na terceira semana de janeiro (18 a 24). O saldo é resultado de exportações de US\$ 3,025 bilhões e importações de US\$ 3,849 bilhões. Com o resultado da terceira semana, no mês de janeiro, o saldo acumulado da balança comercial é deficitário em US\$ 2,268 bilhões. As exportações somam US\$ 10,713 bilhões no período, com média diária de US\$ 714,2 milhões, o que representa um crescimento de 8,4% na comparação com a média exportada em janeiro de 2020. As importações somam no acumulado em janeiro US\$ 12,981 bilhões.

MUNDO PERDEU 255 MILHÕES DE EMPREGOS

PANDEMIA Um relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) mostrou que a pandemia de covid-19 causou a perda de 8,8% das horas de trabalho em todo o mundo, o equivalente a 255 milhões de empregos em tempo integral. O cálculo da OIT foi feito em horas de trabalho perdidas, considerando as jornadas de trabalho reduzidas e também aquelas pessoas que perderam o emprego. A comparação foi com o último trimestre de 2019. A OIT estima que a renda caiu em US\$7 trilhões em todo o mundo, o equivalente a 8,3% da renda global do trabalho, ou 4,4% do Produto Interno Bruto (PIB) global.



●● Temos um amplo leque de ativos a serem concedidos, com taxas de retorno acima das praticadas pelo mercado e com segurança

Ministro da Infraestrutura

Arrecadação federal fechou 2020 com queda de 6,91%

BALANÇO A queda da atividade econômica provocada pela pandemia do novo coronavírus, aliada às desonerações para ajudar pessoas físicas e empresas, fez a arrecadação federal cair no ano passado. Segundo a Receita Federal, a União arrecadou R\$ 1,479 trilhão em 2020, recuo de 6,91% em relação ao ano anterior, descontada a inflação oficial pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

O valor veio acima do esperado pelas instituições financeiras. Segundo o relatório Prisma Fiscal, pesquisa mensal divulgada pelo Ministério da Economia, os analistas de mercado esperavam que a arrecadação fechasse 2020 em R\$ 1,461 trilhão. Com o resultado em 2020, a arrecadação federal registrou o nível mais baixo desde 2010, em valores também corrigidos pelo IPCA.

Apesar da queda no acumulado do ano, a arrecadação federal reagiu em dezembro. No mês passado, a União arrecadou R\$ 159,065 bilhões, com alta de 3,18% em relação a dezembro de 2019. O resultado foi o melhor para o mês desde 2013, descontada a inflação.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que considerou o resultado da arrecadação excelente, levando-se em consideração

A queda de arrecadação foi bem abaixo do que estava previsto no início do ano pelos economistas brasileiros

Paulo Guedes
Ministro da Economia

a crise econômica provocada pela pandemia da covid-19.

"A queda de arrecadação foi bem abaixo do que estava previsto no início do ano pelos economistas brasileiros, pelas agências que acompanham a situação econômica brasileira", afirmou. "Uma queda de 3,75% [queda nominal, que não considera a inflação] num ano em que enfrentamos o maior desafio da economia brasileira, jamais enfrentado antes, que foi um total colapso da mobilidade social, isso é um resultado que eu considero excelente, dada a situação", afirmou.

Durante sua apresentação inicial, o ministro Paulo Guedes afirmou que o valor do imposto adiado que não será recuperado pela Receita Federal é de R\$ 8 bilhões.

"Dos mais de R\$ 80 bilhões de diferimentos, ou seja, uma folga para as empresas brasileiras poderem respirar, essa asfixia que se coloca sobre a economia brasileira, elas conseguiram se recuperar e devolver os recursos que foram diferidos. Dos mais de R\$ 80 bilhões só R\$ 8 bilhões não voltaram", disse.

Ministro Paulo Guedes defende vacinação em massa

GOVERNO O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou ontem que a vacinação em massa é decisiva para a retomada do crescimento econômico. "A volta segura ao trabalho é importante e a vacinação em massa é decisiva, é um fator crítico de sucesso para o bom desempenho da economia logo à frente", disse Guedes.

Guedes também rebateu as críticas de que o governo brasileiro não negociou com mais fabricantes de vacinas. O governo conseguiu até agora receber doses da vacina de Oxford, desenvolvida pela AstraZeneca, e da CoronaVac, mas esta resultado de um acordo entre a China e o Instituto Butantan, ligado ao governo de São Paulo.

"O Brasil está realmente tentando comprar todas as vacinas", afirmou.

INDICADORES

CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$ 5,470	R\$ 5,470
Dólar Turismo	R\$ 5,507	R\$ 5,647
Euro Turismo	R\$ 5,71	R\$ 5,88

BOLSA

Índice	Pontos	Variação
Ibovespa	-	-

POUPANÇA

26/1/2021	0,189%
-----------	--------

SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1.000,00

INFLAÇÃO

	Dezembro	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	1,30%	4,52%	4,52%
INPC/IBGE	1,40%	5,43%	5,43%
IGP-M/FGV	0,99%	2,04%	2,04%

AVIAÇÃO

450MI

de reais foi o valor aprovado pelo BNDES para financiar a exportação de aviões brasileiros produzidos pela Embraer

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

O presidente Bolsonaro apoiou o senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) para a presidência do Senado e esse foi o detonador da saída de Wilson Ferreira da Eletrobras. Pacheco é velho adversário do processo pelo qual o governo venderia o controle da estatal de energia. Numa de suas entrevistas, ele avisou que a aprovação do projeto de lei que permitirá a privatização não é prioridade. Ferreira fez os cálculos e concluiu que, se não vender este ano, não venderá em ano eleitoral e resolveu sair. É isso que se conta nos bastidores da empresa.

Oficialmente, Wilson Ferreira falou de forma mais vaga. Citou "candidatos" à presidência do Congresso. Pacheco já fez parte de frentes antiprivatização do setor elétrico.

O anúncio da renúncia de Wilson Ferreira foi visto como algo maior no mercado. "É o fim do projeto liberal", me disse ontem cedo um economista de banco. Isso se refletiu em Nova York. A ADR da Eletrobras, que já havia caído 5% na sexta-feira, abriu em queda de 5%, aprofundou para 10% e terminou o dia com desvalorização de quase 12%.

É um espanto que ainda se acredite que Bolsonaro seguirá algum projeto liberal. Neste espaço escrevi sobre meu ceticismo antes de o governo tomar posse. Um intervencionista não privatiza. E pode ser ainda pior, no caso da Eletrobras. Na companhia se

acredita que o sucessor será escolhido entre executivos que estão lá e que são de carreira, ou entre os selecionados por um head hunter que será contratado pelo conselho de administração. O problema é que o cargo pode ser colocado no balcão, onde Bolsonaro tem posto muitas mercadorias. Para evitar, por exemplo, que surja algo como o impeachment do qual se fala no país.

O projeto da Eletrobras vem do governo Temer. A empresa estava em situação dramática. Na conversa com investidores e jornalistas, Ferreira contou que entrou na companhia em julho de 2016, no início do governo Michel Temer, e o quadro era assustador: o nível de alavancagem da Eletrobras era de quase nove vezes a sua geração anual de caixa. Um patamar altíssimo e que só não levou a empresa ao colapso porque ela era controlada pela União. Depois de cinco anos de reestruturação, o endividamento caiu para 2,5 vezes e a Eletrobras terminou 2019 com um lucro de quase R\$ 11 bilhões, o segundo maior de sua história. Ele admitiu que não acredita mais que a empresa seja ven-

didá no governo Bolsonaro.

O projeto arquitetado no governo Temer era de transformar a companhia numa corporação, como as grandes empresas elétricas. A EDP, Energia de Portugal, era estatal, foi sendo vendida aos poucos e agora o governo tem apenas uma golden share. A Enel, que é dona da Eletropaulo, tem 23% na mão do governo italiano, mas o resto está em mercado. A Engie, dona de Jirau, tem ações dos governos francês e belga.

A ideia era fazer uma chamada de capital, o governo não acompanharia, e sua participação cairia de 63% para 49%. Ele perderia o controle, mas continuaria sendo o maior acionista. O caminho da preparação foi longo. Primeiro foi preciso no governo Temer vender sete distribuidoras estaduais que haviam sido federalizadas. Foi preciso preparar um projeto de lei, e depois refazê-lo no governo Bolsonaro, com alguns aperfeiçoamentos. A Eletrobras pagaria R\$ 15 bilhões pela outorga ao governo, depositaria R\$ 3,5 bi num fundo para revitalizar o São Francisco e ainda faria depósitos na

Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), para atenuar os reajustes da tarifa de energia.

A mudança feita pelo governo Dilma no setor elétrico provocou um aumento grande no preço da energia. Para se ter ideia, de 2013 a 2019, o IPCA subiu 37%, o preço da energia foi de 111%, três vezes mais.

Depois, eventualmente, se o

governo quisesse vender mais ações poderia inclusive ganhar com a valorização da empresa. Mas o fato é que nada andou. No Congresso, o projeto de lei não teve nem relator. Por outro lado, no governo todo da Bolsonaro dá mais um sinal de populismo econômico. Ameaçou demitir o presidente do Banco do Brasil porque ele queria fechar agências, na quinta-feira reduziu a tarifa de importação de pneus a pedido dos caminhoneiros, os preços do óleo diesel e do GLP acumulam defasagem.

Enfim, o projeto liberal no governo Bolsonaro é como a viúva Porcina. Foi, sem nunca ter sido. Mas isso estava na cara. Acreditou quem quis.

交通銀行 **BANCO BOCOM BBM S.A.**
CNPJ Nº 15.114.366/0001-88
NRE Nº 29.3.800.11037
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

Ficam os Senhores Acionistas do Banco BOCOM BBM S.A. ("Compagnia") convocados, na forma de seu estatuto social, para que compareçam à Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada de forma exclusivamente digital, no dia 10 de fevereiro de 2021, às 15 horas, por meio do sistema digital Zoom, cujo acesso será instruído e disponibilizado na página <https://digital.processo-i.com/Banco-BOCOM-BBM>, nos termos da seção VIII do Anexo V da Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) alteração do estatuto social para (a) ampliar a composição do conselho de administração para 6 (seis) membros, (b) aumentar o quórum exigido para a instalação das reuniões do conselho de administração para 5 (cinco) acionistas, e (c) alterar o objeto social; e (ii) a eleição de membros para cargos vagos do Conselho de Administração da Companhia. O material referente às deliberações da ordem do dia será disponibilizado na página <https://digital.processo-i.com/Banco-BOCOM-BBM>, na rede mundial de computadores. Os acionistas interessados em participar emu votar na Assembleia o farão mediante atuação remota e deverão enviar solicitação prévia para participação até 40 (quarenta e oito) horas antes do dia e horário da Assembleia, por meio de e-mail para o endereço controle.socio@bocombm.com.br, a qual deve ser acompanhado de cópia eletrônica da seguinte documentação, conforme o caso: (i) documento de identidade com foto e CPF/CNPJ do acionista, (ii) documento de identidade com foto e CPF/CNPJ do representante legal do acionista ou de seu poderdevidamente constituído, (iii) instrumento de mandato por meio do qual o acionista outorga poderes de representação ao procurador, (iv) cópia do estatuto social consolidado e atualizado, e (v) ata de eleição dos administradores. Serão admitidos à Assembleia os acionistas e representantes que apresentarem os documentos de identificação e representação em até 30 minutos antes do início dos trabalhos, conforme item 2, VIII, da seção VIII do Anexo V da Instrução Normativa DREI nº 81. Informações detalhadas sobre as regras e os procedimentos para participação e voto estão disponíveis no Diário Oficial da Bahia em 23.01.2021.

Salvador, 26 de janeiro de 2021.
Presidente do Conselho de Administração
BANCO BOCOM BBM S.A.

**Donaldson Gomes e
agências**

EDITOR
@donaldsongomes

O número de 685 mil vacinados no Brasil, registrados até a noite de ontem, deve aumentar significativamente nas próximas semanas. Após idas e vindas, atrasos e desmentidos, o abastecimento dos dois principais imunizantes que serão utilizados no país – a CoronaVac e a vacina de Oxford – começa a se normalizar. Ontem, o presidente Jair Bolsonaro anunciou que os insumos para a CoronaVac chegarão “nos próximos dias” ao Brasil, enquanto a Fiocruz confirmou a expectativa da chegada de novas doses do medicamento fabricado na Índia.

Jair Bolsonaro relatou ter recebido a informação da embaixada da China, que teria informado que 5.400 litros de insumos já estariam prontos para serem enviados ao Brasil. Segundo o ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, os produtos devem chegar até o fim da semana. No início da tarde, em publicação em redes sociais, Bolsonaro ainda acrescentou que insumos para vacina da Universidade de Oxford e da AstraZeneca estão “com liberação sendo acelerada”.

Ele agradeceu a “sensibilidade” do governo chinês. A publicação é acompanhada de uma foto de Bolsonaro com o presidente da China, Xi Jinping, durante visita do brasileiro ao país, em 2019.

No ano passado, Bolsonaro fez diversas críticas à CoronaVac e chegou a dizer que o governo brasileiro não compraria o imunizante porque a China teria um “desrespeito muito grande”.

Em resposta, o embaixador da China no Brasil, Yang Wanning, afirmou, também na rede social, que a “China está junto com o Brasil na luta contra a pandemia e continuará a ajudar o Brasil neste combate dentro do seu alcance”. Ele acrescentou que a “união e a solidariedade são os caminhos corretos para vencer a pandemia”.

Já o ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, ao comentar o assunto no Twitter, disse que a “atenção do Governo chinês no sentido de autorizar a exportação de insumos para as vacinas, sem qualquer con-



O volume de chegadas das vacinas contra a covid-19 só deverá aumentar a partir do mês de fevereiro

Volume maior de vacinas, só no mês de fevereiro

Governo anuncia chegada de produtos para produção da CoronaVac e a de Oxford

dição extra-contratual, mostra o quanto é construtiva a nossa relação com a China”.

Os insumos seriam suficientes para produzir cerca de 5 milhões de vacinas. De acordo com o Instituto Butantan, após a chegada da matéria-prima, são necessários cerca de 20 dias para que o fármaco fique pronto. Caso o prazo anunciado pelo ministro da Saúde se confirme, as novas vacinas para serem utilizadas na terceira semana de fevereiro, em tese.

Esse novo lote se juntaria às cerca de 10 milhões de doses de CoronaVac que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) liberou para uso emergencial na semana passada.

FIOCRUZ

Já as 10 milhões de doses da vacina da Universidade de Oxford/AstraZeneca para a covid-19 que o Brasil negocia com o Instituto Serum, da Índia, devem chegar ao país ainda no mês de fevereiro. A informação foi confirmada pelo diretor da instituição indiana Suresh Jadhav à emissora CNN Brasil.

Jadhav afirmou que as negociações do instituto com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) – responsável pelas vacinas no país – estão em estágio avançado e que restam resolver questões de distribuição e transporte.

“Não vejo mais obstáculos do lado do governo e obteremos todas as permissões necessárias para garantir o produto ao Brasil, uma vez que as negociações com o governo brasileiro estiverem finalizadas”, afirmou. A relativa demora da chegada das doses é motivada pela prioridade da Índia em suprir a demanda de países vizinhos e de outros que ainda não tiveram acesso à vacina, mas que uma vez que essa necessidade for superada, as vacinas devem chegar ao Brasil em uma semana.

A Fiocruz divulgou em nota ontem que há uma “sinalização” de que o primeiro lote de insumo para a fabricação de 7,5 milhões de doses da vacina de Oxford/AstraZeneca seja feito em 8 de fevereiro, na mesma linha da informação passada pelo presidente Jair Bolsonaro em suas redes sociais.

Esse insumo, necessário para a fabricação do imunizante, é chamado de ingrediente Farmacêutico Ativo (IFA). De acordo com a nota, ainda não há confirmação da data para a remessa da IFA, que depende de aval das autoridades chinesas para que seja exportado.

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) também precisa dar o aval para utilização do produto.

PZIFER

Além de ter enviado uma carta ao presidente Jair Bolsonaro, como revelou a CNN Brasil, a Pfizer fez gestões junto ao Ministério da Economia e à Embaixada do Brasil nos Estados Unidos para tentar convencer o governo brasileiro a comprar sua vacina.

O governo admitiu que recebeu oferta de vacina da Pfizer, mas alegou que o acordo “causaria frustração” aos brasileiros pela baixa quantidade de doses e por regras “abusivas”. Segundo uma nota publicada pelo Ministério da Saúde, o governo se reuniu com representantes da empresa, mas não houve acordo.

🔴 Não vejo mais obstáculos do lado do governo e obteremos todas as permissões necessárias para garantir o produto ao Brasil, uma vez que as negociações estiverem finalizadas Suresh Jadhav

Diretor do Instituto Serum, da Índia, que é o responsável pela fabricação da vacina de Oxford e da AstraZeneca

Anvisa: só é possível liberar Sputnik V com aval

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) defendeu, em documento ao Supremo Tribunal Federal (STF), que não é possível liberar o uso da vacina Sputnik V sem o aval de técnicos do órgão – como pede o governo da Bahia. No entendimento da agência, a libera-

ção das doses com base apenas em análises de outros países ou órgãos internacionais representaria a perda da soberania nacional e um risco a direitos da saúde e à vida dos brasileiros.

O posicionamento foi enviado ao STF na última sexta-feira (22), segundo a An-

visa, em resposta a uma determinação do ministro Ricardo Lewandowski – relator da ação que pede a liberação do imunizante russo. O documento foi inserido no sistema do STF nesta segunda (25).

O governo da Bahia pede que o Supremo autorize a

importação e a distribuição das vacinas que já tenham o aval de autoridades sanitárias estrangeiras e a certificação da Organização Panamericana de Saúde (Opas).

A Sputnik V já foi aprovada para uso emergencial em países como Argentina, Bolívia, Venezuela e Paraguai.

No Brasil, a farmacêutica União Química, que pretende produzir o imunizante russo para atender a demanda interna e outros países da América Latina, entrou com pedido para uso emergencial de 10 milhões de doses do produto, que viriam direto da Rússia.

BRASIL

Bolsonaro nega volta de auxílio: 'Não é aposentadoria'

GOVERNO O presidente Jair Bolsonaro negou, ontem, que o auxílio emergencial será prorrogado em 2021. Segundo o chefe do Executivo, o benefício não é uma aposentadoria. A declaração foi feita a um apoiador na entrada do Palácio da Alvorada. Ao ser questionado pelo homem sobre um novo auxílio, o mandatário rebateu:

"Não, eu não vou... conversei isso com o Paulo Guedes, contigo não. A palavra é emergencial. O que é emergencial? Não é duradouro, não é vitalício, não é aposentadoria. Lamento muita gente passando necessidade, mas a nossa capacidade de endividamento tá no limite", alegou. Bolsonaro sofreu uma

queda em sua popularidade com o fim da medida. Agora, sem ter conseguido tirar do papel um programa social para chamar de seu, ele corre para fazer mudanças no Bolsa Família a partir de fevereiro.

Em meio à pressão de senadores em prorrogar o auxílio emergencial, no começo de janeiro, o presidente se posicionou contra a medida afirmando que o governo não tem condições de transformar a ajuda em uma ação vitalícia. Na data, foi irônico ao rebater a questão.

"No começo, [auxílio no valor de] R\$ 600. Então, vamos pagar para todo mundo R\$ 5 mil por mês e ninguém trabalha mais, fica em casa.



Presidente Jair Bolsonaro diz lamentar "gente passando necessidade", mas mantém fim de auxílio

O homem do campo também, vai sair do campo e vai para a cidade, quero ver quem vai produzir", disparou o presidente.

Na última sexta-feira, secretários de Fazenda de 18

estados assinaram uma carta destinada ao Congresso Nacional em que pediram a adoção de "medidas urgentes" contra a segunda onda de covid-19 no Brasil, entre elas a prorrogação do auxílio

emergencial, concedido aos mais vulneráveis até dezembro. Os secretários também solicitaram a prorrogação do estado de calamidade pública e do Orçamento de Guerra por mais seis meses.

Presidente da República ironiza protestos pró-impeachment

MANIFESTAÇÃO O presidente Jair Bolsonaro ironizou, ontem, o tamanho de carreatas contra seu governo realizadas no fim de semana. A declaração foi feita em frente ao Palácio da Alvorada, residência oficial do chefe do Executivo, em resposta a um apoiador que disse ser de

Campo Grande (MS).

"Campo Grande? Eu vi uma carreata monstro lá de uns 10 carros contra mim", disse, sorrindo. Esse foi o único comentário de Bolsonaro sobre os protestos registrados em pelo menos 21 capitais brasileiras e o Distrito Federal.

No último sábado, os movimentos de esquerda Frentes Brasil Popular e Povo sem Medo, com apoio da CUT (Central Única dos Trabalhadores), convocaram manifestações em 45 cidades. O MBL (Movimento Brasil Livre) e o Vem pra Rua, movimentos de direita, promove-

ram carreatas no domingo.

Em Brasília, o movimento levou cerca de 500 carros às ruas para um protesto pacífico, segundo a Polícia Militar do Distrito Federal. Também houve manifestação em Salvador. O mandatário possui 61 processos de pedidos de afastamento.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data: 26/01/2021	Página: 02

Tribuna

Empregos

Responsável por mais de 10 mil empregos na Bahia, a DASS Nordeste Calçados e Artigos Esportivos pretende investir R\$ 40 milhões na implantação de mais uma unidade industrial no estado, no município de Santo Antônio de Jesus, no galpão onde funcionava a Ramarim. A empresa, em atuação há 15 anos no estado, é voltada à fabricação de calçados esportivos e tem a previsão de gerar mais 1 mil empregos diretos e indiretos na primeira fase da operação. O protocolo de intenções foi assinado com o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), nesta segunda-feira (25). A nova fábrica terá capacidade de produção de 2 milhões de pares por ano e pretende iniciar as obras em março deste ano. "Três dos nossos maiores objetivos são: geração de empregos, redução das desigualdades e o fomento da economia baiana", disse Leão.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Cidade
Data: 26/01/2021	Página: 06

Tribuna

Indústria calçadista vai gerar cerca de mil empregos

Responsável por mais de 10 mil empregos na Bahia, a DASS Nordeste Calçados e Artigos Esportivos pretende investir R\$ 40 milhões na implantação de mais uma unidade industrial no estado, no município de Santo Antônio de Jesus, no galpão onde funcionava a Ramarim. A empresa, em atuação há 15 anos no estado, é voltada à fabricação de calçados esportivos e tem a previsão de gerar mais 1 mil empregos diretos e indiretos na primeira fase da operação. O protocolo de intenções foi assinado com o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), nesta segunda-feira (25). A nova fábrica terá capacidade de produção de 2 milhões de pares por ano e pretende iniciar as obras em março deste ano.

“Três dos nossos maiores objetivos são: geração de empregos, redução das

desigualdades regionais e sociais nos municípios e o fomento da economia baiana. A DASS é a maior empregadora da Bahia, tem 4 unidades industriais instaladas no Estado, sendo uma em Santo Estevão, uma em Itaberaba e duas em Vitória da Conquista. Tivemos no início de 2020 o fechamento da Ramarim em Santo Antônio de Jesus, mas agora temos essa excelente notícia para o município. Estamos no caminho certo, o governador Rui Costa e eu estamos empenhados em estimular novos investimentos na Bahia”, destaca o vice-governador João Leão, secretário de Desenvolvimento Econômico. De acordo com o diretor presidente da empresa, João Henrique Hoppe, no aporte total do investimento está previsto a criação de um Outlet na região, para comercializar produtos fabricados na unidade de Santo Antônio de Jesus. “A DASS pretende ampliar as suas operações aqui na Bahia, com a maior parte da operação concentrada na região. Neste ano de 2021 estamos”, explica.

Comitiva conhece potenciais do Extremo Sul

Especialista se interessou por investimentos em infraestrutura de transportes

Uma comitiva de atração de investimentos do Governo do Estado, chefiada pelo vice-governador João Leão, secretário de Desenvolvimento Econômico, esteve nas regiões Sul, Baixo Sul e Extremo Sul da Bahia, neste fim de semana. Na ocasião, executivos do grupo francês Egis conheceram potencialidades para investimentos. A operação do aeroporto de Porto Seguro, do Porto de Ilhéus e a duplicação da BA-001 estão entre as possibilidades de negócios futuros. A companhia é líder mundial na área de concessão e operação de rodovias com pedágio e emprega 15,8 mil cola-

boradores no mundo. Na Bahia, tem interesse em expandir atividades nas áreas de concessões.

"Estamos empenhados, juntos com o governador Rui Costa, em trazer mais investimentos para o estado, sobretudo após o fechamento da Ford. Queremos gerar emprego, renda e, por isso, não paramos nem mesmo nos finais de semana. Estamos nestas mesmas regiões, no início do mês, com uma empresa de Portugal e, agora, voltamos com essa importante empresa da França. Tenho certeza que iremos, logo logo, firmar um memorando de intenções.

Eles querem investir e nós temos potencial para recebê-los", afirma Leão.

O diretor de Rodovias e Aeroportos da Egis, Paulo Serra, destaca a possibilidade de investir no aeroporto de Porto Seguro: "É uma bela oportunidade, aeroporto novo, o estudo está pronto, o Governo informou que deve estar sendo publicado brevemente e a Egis, como uma empresa que tem uma participação bastante importante em aeroportos no mundo inteiro, aeroportos do tamanho próximo a este, nós vamos ter muito interesse em estudar com carinho para poder participar dessa futura licitação".



VISITA TÉCNICA Executivos do grupo francês Egis conheceram potencialidades para investimentos

Tribuna

‘Queda de 3,75% na arrecadação em meio à pandemia foi resultado excelente’

ESTADÃO CONTEÚDO

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem que o resultado da arrecadação de 2020 mostrou que não houve “colapso” das receitas no ano passado. A arrecadação de impostos e contribuições federais somou R\$ 1,479 trilhão em 2020, o pior resultado anual desde 2010, quando o resultado somou R\$ 1,474 trilhão - considerando valores corrigidos pelo IPCA. O resultado representa um recuo real - descontada a inflação - de 6,91% em relação a 2019.

“Isso foi 3,75% nominal abaixo do ano anterior, o que mostra o vigor da recuperação econômica. No começo do ano as expectativas eram de que houve uma queda do PIB cima de 10% e um colapso da arrecadação, que cai mais do que a economia. A queda da arrecadação em maio de 2020 chegou a 30% nominal e prenunciava um ambiente caótico”, avaliou.

O ministro enfatizou que a queda na arrecadação foi bem menor do que a prevista inicialmente pelos econo-



O MINISTRO Paulo Guedes disse ontem que o resultado da arrecadação de 2020 mostrou que não houve “colapso” das receitas no ano passado

mistas. “Queda (nominal) de 3,75% da arrecadação, no ano de desafio para a economia, é resultado excelente. Essa queda de 3,75% da arrecadação em 2020 em termos nominais é uma queda branda, dada a gravidade do fenômeno (da pandemia)”, repetiu.

O ministro voltou a citar medidas tomadas pelo governo durante a pandemia de covid-19 como a redução do imposto de importação de produtos hospitalares, a suspensão da cobrança do IPF sobre operações de crédito e o diferimento de im-

postos em mais de R\$ 80 bilhões durante o auge da crise. “A partir do 3º trimestre, recuperamos quase tudo. As empresas se recuperaram e pagaram os impostos diferidos, o que é extraordinário. Apenas R\$ 8 bilhões não retomaram. Foi uma folga para empresas respirarem diante da asfixia que os impostos colocam sobre a economia”, completou.

Guedes destacou ainda o aumento nominal da arrecadação entre as pequenas e médias empresas que pagam o Simples. “Ou seja,

arrecadamos mais em 2020 que em 2019. Foi o vigor da recuperação a partir do terceiro e quarto trimestre que possibilitou o aumento brutal da arrecadação nesse grupo”, acrescentou.

Paulo Guedes defendeu a vacinação em massa da população brasileira contra a covid-19, o que, segundo ele, irá garantir o retorno seguro ao trabalho.

“Um recado que eu deixaria é: primeiro a vacinação em massa. Estamos no país do Oswaldo Cruz. Parabéns à Fiocruz, parabéns ao Butantan, parabéns à Anvisa, às Forças Armadas que ajudam na logística da distribuição. E parabéns com louvor aos profissionais de saúde que estão à frente nessa guerra contra a pandemia”, afirmou.

“A vacinação em massa é decisiva e um fator crítico de sucesso para o bom desempenho da economia logo à frente”, completou.

O ministro lembrou que entre 10% e 15% da população brasileira são idosos mais vulneráveis à covid-19. “O Brasil está tentando comprar realmente todas as vacinas. A crítica de que teríamos ficado com uma vacina só simplesmente não cabe”, acrescentou o ministro.

Veículo: Bahia Econômica	Economia
Data: 26/01/2021	



GOVERNO JÁ FALA EM VOLTA DO AUXÍLIO EMERGENCIAL, PORÉM QUER CORTE DE GASTOS



admin 26 Janeiro, 2021

Apesar das resistências, o Ministério da Economia já discute uma nova rodada do auxílio emergencial, mas com uma condição: a realização de um acordo com o Congresso para aprovação rápida de medidas de corte de gastos. A decisão só deve ser tomada depois das eleições para o comando da Câmara e do Senado – marcadas para 1.º de fevereiro –, quando o ministro da Economia, Paulo Guedes, pretende abrir diálogo para a aprovação das medidas.

Até lá, a estratégia é “segurar a respiração e esperar a eleição”, como definiu ao Estadão um integrante da equipe econômica. A posição dos quatro principais candidatos à presidência de Câmara e do Senado, favoráveis à nova rodada do auxílio em meio ao avanço da covid-19, está forçando o governo a rever os planos, ao mesmo tempo que cresce a pressão para o governo acelerar as negociações para adquirir vacinas para imunizar a população e destravar a economia.

Como revelou o Estadão no sábado, o ministro quer aproveitar o momento de pressão dos parlamentares, governadores e prefeitos para tentar “fazer do limão uma limonada” e aprovar

uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) com medidas de ajuste que não avançaram em 2020, incluindo cortes em gastos com os servidores. Ontem, o presidente Jair Bolsonaro deu a senha e evidenciou a preocupação do governo com o endividamento. “A palavra é ‘emergencial’”. O que que é ‘emergencial’? O que não é duradouro, não é vitalício, não é aposentadoria. Lamento muita gente passando necessidade, mas a nossa capacidade de endividamento está no limite”, disse a apoiadores.

Guedes quebrou o silêncio que mantinha desde que voltou das férias de fim de ano. Em seu primeiro pronunciamento público em 2021, defendeu ontem a vacinação, numa estratégia do Palácio do Planalto para reverter as críticas pela demora na implementação do plano de imunização do governo. Apesar da maior reserva, Guedes está trabalhando em medidas e aguarda o resultado das eleições para que essas negociações não atrapalhem a corrida no Congresso. A última aparição do ministro em entrevista tinha sido em 23 de dezembro, numa divulgação de dados sobre emprego.

Crédito extraordinário

O discurso da área econômica é buscar espaço no Orçamento e no teto de gastos, a regra que limita o avanço das despesas à inflação. Mas, como a necessidade do auxílio é urgente, o tempo é curto para aprovar uma PEC e o Orçamento de 2021 ainda não foi aprovado, não se descarta a possibilidade de abrir um crédito extraordinário, liberando recursos fora do teto. Diante da constatação do agravamento da segunda onda da covid-19, o que se considera é que o pedido do crédito, se bem fundamentado, poderá ser aceito pela Secretaria de Orçamento Federal (SOF). A posição da SOF é relevante porque sempre houve resistência dos técnicos em assinar um crédito extraordinário, que exige que os recursos sejam direcionados para gastos imprevisíveis. Como a pandemia não é mais imprevisível, essa dúvida sempre foi levantada. Mas a piora da covid e as novas medidas de restrições em grandes cidades estão mudando o quadro.

Nesse caso, o governo pretende dar uma sinalização na direção da redução da dívida pública. Para isso, Guedes e sua equipe contam com a devolução antecipada de recursos emprestados pelo Tesouro Nacional ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e à Caixa Econômica Federal. A dívida pública em 2020 deve ficar mais baixa do que o previsto. O especialista Fernando Montero, economista-chefe da Tullet Prebon, prevê que a dívida bruta tenha ficado em 87,9% do Produto Interno Bruto em 2020. A Instituição Fiscal Independente (IFI) reduziu sua projeção de 93,1% para 90,1% do PIB.

No Congresso, os dois principais parlamentares candidatos à presidência da Câmara – Baleia Rossi (MDB-SP) e Arthur Lira (PP-AL) – avaliam que dá para fazer um novo auxílio dentro do teto. O atual presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que apoia a candidatura de Baleia, disse ontem que, se o endividamento do País tiver fechado num patamar menor, é possível debater uma prorrogação do auxílio por até seis meses, em valor de R\$ 200 ou R\$ 300. Do outro lado da disputa, Lira buscou mostrar alinhamento aos objetivos de Guedes e se disse disposto, se eleito para o comando da Câmara, a discutir a revisão de gastos como o abono salarial, espécie de 14.º salário pago a trabalhadores com carteira que ganham até dois salários mínimos. O benefício é considerado disfuncional pela equipe econômica.



ECONOMIA

Publicado em 25/01/2021 às 15h42.

Arrecadação do governo cai 6,91% em 2020, segundo a Receita Federal

Desonerações para enfrentar pandemia contribuíram para queda

Agência Brasil



Foto: Marcelo Casal Jr/Agência Brasil

Por Wellton Máximo

A queda da atividade econômica provocada pela pandemia do novo coronavírus (Covid-19), aliada às desonerações para ajudar pessoas físicas e empresas, fizeram a arrecadação federal cair no ano passado. Segundo a Receita Federal, a União arrecadou R\$ 1,479 trilhão em 2020, recuo de 6,91% em relação ao ano anterior, descontada a inflação oficial pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

O valor veio acima do esperado pelas instituições financeiras. Segundo o relatório Prisma Fiscal, pesquisa mensal divulgada pelo Ministério da Economia, os analistas de mercado esperavam que a arrecadação fechasse 2020 em R\$ 1,461 trilhão. Com o resultado em 2020, a arrecadação federal registrou o nível mais baixo desde 2010, em valores também corrigidos pelo IPCA.



2019. O resultado foi o menor para o mês desde 2015, descontada a inflação. O valor foi superior ao projetado pelas instituições financeiras, que estimavam arrecadação de R\$ 150,068 bilhões, de acordo com o Prisma Fiscal.

Fatores

A Receita Federal listou quatro fatores para explicar a queda na arrecadação no ano passado. O primeiro foi a crise econômica decorrente da pandemia do novo coronavírus. Nos 12 meses terminados em novembro de 2020, fator levado em conta para a arrecadação de dezembro, a produção industrial recuou 5,32%, a venda de bens caiu 1,07%, e as vendas de serviços encolheram 7,41%.

Essas retrações impactam a arrecadação de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), relacionado ao desempenho da indústria, e do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), relacionados às vendas. A receita de IPI caiu 7,01%; e a de PIS/Cofins, 11,92%, no ano passado, descontado o IPCA. O aumento do desemprego reduziu em 7,16% a arrecadação da Previdência Social em 2020, também descontada a inflação.

O segundo fator que contribuiu para a queda da arrecadação foi o crescimento nominal (sem correção pela inflação) de R\$ 62,1 bilhões nas compensações tributárias no ano passado. Por meio das compensações, os contribuintes abatem tributos a mais pagos anteriormente. Antes da pandemia, várias empresas pagaram Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) baseadas em previsões de lucros que não se cumpriram. Dessa forma, conquistaram direito a desconto nos pagamentos seguintes.

Adiamentos

O terceiro fator foram os adiamentos do pagamento de tributos nos primeiros meses da pandemia. O governo permitiu o diferimento (adiamento) do recolhimento de até R\$ 85 bilhões no ano passado. No entanto, segundo estimativas da própria Receita, R\$ 20,76 bilhões que deveriam ter sido quitados até dezembro deixaram de ser pagos.

O quarto fator que ajudou a derrubar a arrecadação em 2020 foi a redução a zero do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) em operações de crédito. Tomada para ajudar pessoas físicas e empresas durante a pandemia, a medida vigorou por cerca de oito meses e fez o governo deixar de arrecadar R\$ 19,7 bilhões no ano passado. O pagamento atípico de R\$ 8 bilhões de Imposto de Renda e de CSLL em 2020 reduziram a perda, mas não em ritmo suficiente para reverter a queda na arrecadação.



Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 26/01/2021	Caderno: Economia



Contencioso tributário de R\$ 5,4 trilhões

Disputas judiciais e administrativas sobre tributos, entre governos e contribuintes, atingem 75% do PIB brasileiro em 2021, com destaque para ICMS e IRPJ.

Fernando Dantas

26 de janeiro de 2021 | 10h08

O contencioso tributário no Brasil atingiu R\$ 5,44 trilhões em 2019, ou 75% do PIB, segundo o “Contencioso Tributário no Brasil/Relatório 2020 – Ano de referência 2019”, do Núcleo de Tributação do Insper, datado de dezembro de 2020.

(<https://www.conjur.com.br/dl/contencioso-tributario-alcancou-75-pib.pdf>)

Além das fontes federais, estaduais e municipais de dados públicos utilizadas para a confecção do primeiro relatório relativo a 2018, o trabalho sobre 2019 incluiu pedidos de informação sobre contencioso tributário, via Lei de Acesso à Informação, aos 26 municípios das capitais, ao Distrito Federal, a todos os 26 Estados e à União.

Daquele contencioso total em 2019, uma parcela de R\$ 3,82 trilhões, ou 52,7%, corresponde ao contencioso judicial e administrativo da União. No mais, os autores do estudo dividem o contencioso em três grupos: Estados e Distrito Federal, capitais e outros municípios, com, respectivamente, 16,2%, 3,7% e 2,3% do contencioso total.

A via judicial é responsável por R\$ 4,01 trilhões de contenciosos, ou 74% do total, enquanto a administrativa responde por R\$ 1,43 trilhão, ou 26%.

O relatório anterior, de 2018, apontou contencioso total de R\$ 4,98 trilhões, ou 73% do PIB. Houve, portanto, aumento tanto em valores como em porcentual do PIB. Mas os autores ressaltam que também ocorreu ampliação na cobertura dos entes subnacionais na pesquisa de 2019, relativamente à de 2018.

Comparações internacionais de um indicador desse tipo não são triviais de fazer, naturalmente. Na edição de 2018, utilizando dados do relatório “Tax Administration” da OCDE, o estudo do Insper mostrou que o contencioso administrativo do conjunto dos países da OCDE e das nações latino-americanas (os dados no caso se referem à mediana e ao ano de 2013), foram de, respectivamente, 0,28% e 0,19% do PIB, ínfimos comparados ao brasileiro.

Na edição de 2019 do Contencioso Tributário no Brasil, os autores informam que aqueles dados não foram fornecidos no relatório “Tax Administration” do mesmo ano. Ressaltam, no entanto, que o abismo continua evidente, já que o total de contencioso tributário administrativo federal – o “número diretamente comparável às estimativas internacionais” – no Brasil em 2019 foi de 15,9%.

Com várias ressalvas sobre informações incompletas devido ao que é ou não disponibilizado pelas três esferas da Federação, os autores encontram também que o ICMS, tributo estadual, é um dos campeões das contestações: o nível de contencioso apurado em relação a esse tributo equivale a 110,1% da arrecadação bruta estadual (2019).

Em seguida vêm o IPRJ federal, cujo contencioso era equivalente a 64% da arrecadação bruta federal em 2019, e o ISS municipal, com o mesmo indicador (relativo à arrecadação municipal) de 61,5%. Como se vê, o imbróglio tributário nacional é democrático entre os níveis da Federação.

Uma conta semelhante pode ser feita, mas comparando o contencioso de cada tributo com a sua própria arrecadação em 2019. Nesse caso, os tributos federais despontam como campeões, sendo que o mais extremo é o IRPJ, com 813% nesse indicador. Em seguida, vêm CSLL, IPI e IRPF, com, respectivamente, 479,1%, 423% e 360,5%.

Na esfera estadual, o tributo com contencioso maior em comparação à sua própria arrecadação é o ICMS (136,2%) e, na municipal, o ISS, com 144,2%.

Esses números do relatório do Insper, em sua segunda edição, indicam como o Brasil montou para si mesmo uma armadilha letal para a agenda de produtividade.

A produtividade brasileira por horas trabalhadas, em reais de 2018, teve um crescimento anual médio de apenas 0,6% de 1981 (inclusive) até 2019, como consta do Observatório da Produtividade do Ibre, em metodologia desenvolvida por Fernando Veloso, Silvia Matos e Paulo Peruchetti. No total daquele período de quase 40 anos, o avanço da produtividade foi de apenas 26%.

Evidentemente, o caos tributário brasileiro não é o único fator que explica esse desempenho pífio da produtividade em quatro décadas. Porém, com certeza, é um dos nós que têm que ser desatados para que o País possa voltar a crescer decentemente e num ritmo sustentável.

Fernando Dantas é colunista do Broadcast (fernando.dantas@estadao.com)

Esta coluna foi publicada pelo Broadcast em 22/1/2021, sexta-feira.

Veículo: G1	
Data: 25/01/2021	



Com pandemia, arrecadação federal recua 6,91% em 2020 e tem o pior resultado em dez anos

Segundo a Receita Federal, arrecadação somou R\$ 1,479 trilhão no ano passado. Queda é reflexo de desaceleração da economia e de medidas do governo para enfrentamento da crise.

Por **Alexandro Martello e Laís Lis, G1** — Brasília

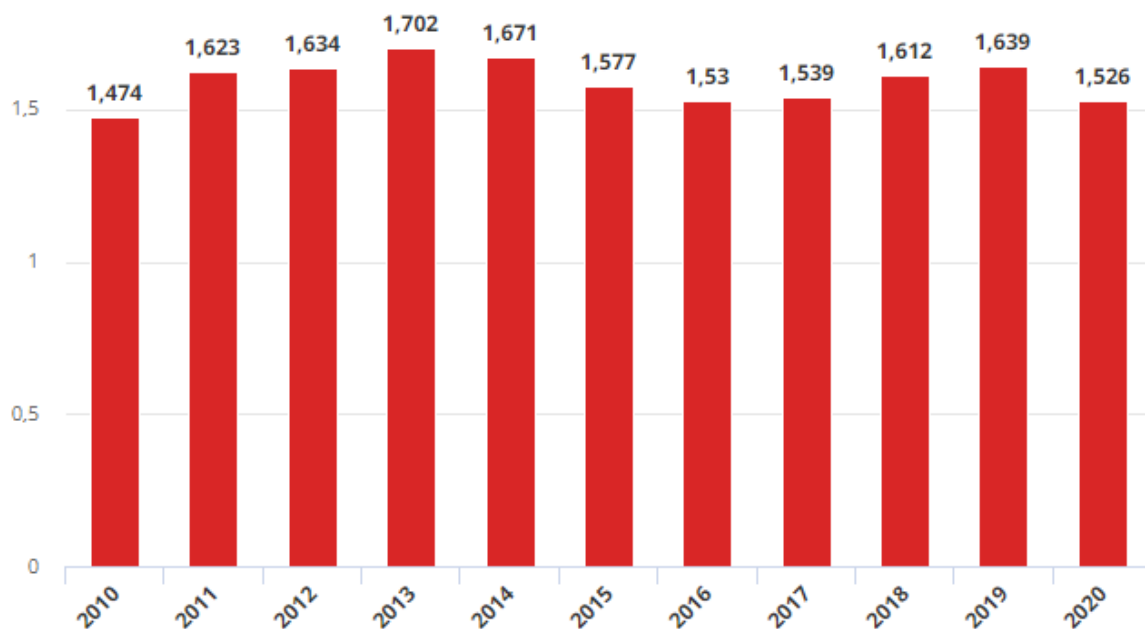
25/01/2021 14h00 Atualizado há 16 horas

A arrecadação de impostos, contribuições e demais receitas federais registrou queda real (descontada a inflação) de 6,91% em 2020, para R\$ 1,479 trilhão, informou a Secretaria da Receita Federal nesta segunda-feira (26).

É o pior resultado para um ano fechado desde 2010, ou seja, em dez anos. Quando corrigida pela inflação, a arrecadação em 2020 ficou em R\$ 1,526 trilhão.

Arrecadação federal

Em R\$ trilhão (valores corrigidos pela inflação)



Fonte: Receita Federal

O ministro da Economia, **Paulo Guedes**, afirmou que considerou o resultado da arrecadação excelente, levando-se em consideração a crise econômica provocada pela pandemia da Covid-19.

Segundo o ministro, a queda registrada no ano passado ficou abaixo da prevista por economistas.

“A queda de arrecadação foi bem abaixo do que estava previsto no início do ano pelos economistas brasileiros, pelas agências que acompanham a situação econômica brasileira”, afirmou.

“Uma queda de 3,75% [queda nominal, que não considera a inflação] num ano em que enfrentamos o maior desafio da economia brasileira, jamais enfrentado antes, que foi um total colapso da mobilidade social, isso é um resultado que eu considero excelente, dada a situação”, afirmou.

Motivos para a queda na arrecadação

A queda na arrecadação de 2020 é reflexo da pandemia do novo coronavírus, que **gerou tombo da economia brasileira**, além de medidas do governo e de empresas para enfrentar a crise.

A previsão de analistas do mercado financeiro é de que **a retração tenha ficado em 4,32%**. Já a estimativa mais recente do governo aponta para uma queda de 4,5%. O resultado oficial do PIB de 2020 será divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em março.

No ano passado, empresários lançaram mão de compensações tributárias a que tinham direito, o que ajudou a derrubar os valores arrecadados pelo governo. Essas compensações são feitas por empresas que pagaram tributos a mais no passado.

Em 2020, as compensações de impostos somaram R\$ 167,679 bilhões. Em 2019, haviam ficado em R\$ 105,554 bilhões.

Outro fator que impactou a arrecadação foi o adiamento da cobrança de impostos. Como medida para aliviar o caixa das empresas em meio à crise gerada pela pandemia, **o governo adiou no ano passado a data para pagamento de alguns impostos**. Entretanto, dos R\$ 85,154 bilhões em impostos adiados, R\$ 64,397 bilhões entraram nos cofres públicos.

Segundo a Receita, essa diferença de R\$ 20,758 bilhões ocorreu porque:

- R\$ 9,937 bilhões foram compensados pelas empresas
- R\$ 1,121 bilhão ingressará em 2021 (oitava cota do IRPF)
- R\$ 9,115 bilhões representam "outras situações".

Durante sua apresentação inicial, o ministro Paulo Guedes afirmou que o valor do imposto adiado que não será recuperado pela Receita Federal é de R\$ 8 bilhões.

“Dos mais de R\$ 80 bilhões de diferimentos, ou seja, uma folga para as empresas brasileiras poderem respirar, essa asfixia que se coloca sobre a economia brasileira, elas conseguiram se recuperar e devolver os recursos que foram diferidos. Dos mais de R\$ 80 bilhões só R\$ 8 bilhões não voltaram”, disse.

Outro fator que contribuiu para a queda da arrecadação foi a redução de alguns tributos, como o Imposto Sobre Operações Financeiras (IOF) e, também, o **Imposto de Importação de produtos médicos ligados ao combate à Covid-19**.

Somente a redução do IOF gerou uma perda de R\$ 19,690 bilhões no último ano, segundo dados da Receita Federal.

Estados

Durante a apresentação da arrecadação de 2020, o secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, afirmou que os dados preliminares de dezembro apontam que a arrecadação dos estados com ICMS e IPVA apresentou um crescimento nominal – sem considerar a inflação do período – de 2,14% em 2020, na comparação com 2019.

O secretário afirmou ainda que a partir de junho a arrecadação somada ao auxílio dado aos estados por meio da Lei Complementar nº 173 - que prevê ajuda financeira de R\$ 60 bilhões a estados e municípios -, foi mais do que suficiente para compensar as perdas de arrecadação sofridas em 2020.

“O auxílio recebido pelos estados foi mais que suficiente, a suficiência do suporte considerado todos os estados foi de 115,7%”, disse.

Veículo: G1	
Data: 19/01/2021	



Para novos gastos com a pandemia, Economia quer 'cláusula de calamidade' pública

26/01/2021 08h30 Atualizado há 52 minutos

A equipe econômica tem pronta para enviar ao Congresso, logo após a eleição para os comandos da Câmara e do Senado, uma sugestão de "cláusula de calamidade" pública para ser incluída na proposta de emenda à Constituição (PEC) do Pacto Federativo, que permitiria acionar mecanismos para gastos extras em "situações agudas" do país, como a **atual segunda onda do coronavírus**. A informação foi confirmada ao blog por fontes da equipe do ministro Paulo Guedes.

A ideia já foi discutida com a área política do governo, que debate a volta do **auxílio emergencial** para a população que segue desassistida em meio ao crescimento de casos e mortes pela Covid-19. Os candidatos às presidências da Câmara e Senado têm defendido a volta do auxílio.

Com a inclusão da cláusula na PEC do Pacto Federativo, a situação de calamidade pública permitiria gastos via créditos extraordinários, desobrigando o cumprimento de regras como a do teto de gastos, e suspenderia temporariamente metas de resultado primário. Em troca, a cláusula exigiria que governos federal, estadual e municipal suspendessem reajustes de salários para servidores, além de limitar outros gastos. O mecanismo poderia ser utilizado por períodos menores do que um ano.

Ao longo de 2020, o **orçamento de guerra aprovado no Congresso** permitiu que recursos fossem utilizados para fazer frente à pandemia sem precisar respeitar metas para controle de gastos públicos. Os recursos utilizados ao longo do ano somaram mais de 10% do PIB do país, ampliando a dívida pública.

Além de segurar reajustes de salários – medida exigida dos estados e municípios para liberar a ajuda federal em 2020, mas que vem sendo burlada por gestores no país – o governo pensa em condicionar recursos a outros compromissos, como a venda de estatais ou suspensão temporária de realização de novos concursos públicos.

Imposto sobre grandes fortunas: controvérsia e oportunidade



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Trilhões de dólares foram gastos, em 2020, por governos de todo o mundo, com despesas extraordinárias para tentar amenizar os nocivos impactos sobre a atividade econômica provocados pela pandemia da covid-19. Esses esforços governamentais agravaram a situação das finanças públicas, seja do Brasil, seja de inúmeros outros países. Enquanto isso, as fortunas das pessoas mais ricas do planeta dispararam no ano passado. Essa realidade trouxe ao debate uma questão polêmica: a cobrança do Imposto sobre as Grandes Fortunas (IGF). Esse não é um tema novo, mas, com a piora das contas públicas por causa da pandemia, passou a ser visto como uma tábua de salvação.

No Brasil, com a inviabilidade de o governo conseguir fazer ajuste apenas pelo lado da despesa e, além disso, diante da necessidade de geração de receita fiscal adicional para financiar o deficit orçamentário brasileiro, agravado ainda mais pelo cenário atípico de pandemia, ganhou força a discussão sobre a regulamentação do IGF, previsto na Constituição Federal de 1988, mas

ainda dependente de uma lei complementar para implementá-lo. Adicionalmente, também se discute a volta da tributação de dividendos, que existiu, no Brasil, até 1995, mas foi extinta com a alegação de haver bitributação nessa cobrança.

Instituir o IGF significaria cobrar imposto sobre todo o estoque de ativos acumulados por indivíduos super-ricos. À primeira vista, parece fazer sentido, mas esse é um assunto controverso no mundo todo. Há defensores e detratores desse tipo de tributo. Aqueles que defendem o imposto sobre a fortuna argumentam, resumidamente, que o IGF fornece uma solução para amenizar os contínuos deficits orçamentários e alavancar o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) dos países, ainda contribuindo para atenuar o abismo da desigualdade econômica com a distribuição de renda. Do lado oposto, há argumentos que apontam para os riscos envolvidos com a adoção do IGF, como o de fuga de capital e o de aumento da evasão fiscal. Além disso, alega-se que essa **arrecadação** não é significativa em relação ao total de receitas tributárias, e que há custos administrativos para a sua fiscalização.

Sempre que o assunto tributação de fortunas volta à mesa, uma carta é lançada: a experiência internacional com esse tipo de cobrança não tem sido positiva. Dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) mostram que, dos seus 37 países membros, 12 instituíram a cobrança do imposto sobre fortunas: Áustria, Alemanha, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Islândia, Luxemburgo, Noruega, Países Baixos, Suécia e Suíça. Desses, em 2020, apenas Espanha, Noruega e Suíça mantinham o tributo - com alíquotas nominais progressivas e incidentes sobre as fortunas líquidas de pessoas físicas. Esses dados da OCDE, analisados em relatório elaborado pelo Insper, mostram que, nos países em que o imposto foi extinto, havia preocupações quanto à eficiência

arrecadatória e aos custos administrativos ante as receitas geradas.

No Brasil, tem havido reiterados esforços no sentido de implementar o IGF desde a promulgação da vigente Carta Magna. Vários projetos de lei - estima-se que mais de 30 - buscaram regulamentar o art. 153, inciso VII, da Constituição de 1988 e instituir a cobrança. Entre os mais recentes PLs que tramitam no Senado Federal estão o PLP 38/2020, de autoria do senador Reguffe (DF), e o PLP 50/2020, da senadora Eliziane Gama (MA).

A crise causada pela pandemia atingiu o mundo de forma generalizada. No Brasil, entretanto, o aumento da Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) cresceu acima da média. Dados do Relatório de Riscos Fiscais da União, divulgado em novembro pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), apontam que a DBGG representaria 94,4% do PIB ao final de 2020, o que significa um crescimento de 18,6 pontos percentuais em relação a 2019. A média da dívida bruta dos países, no ano passado, foi de 73,4% do PIB.

A difícil situação das contas públicas e da economia em geral, enfrentada em 2020, permanece este ano, com a pandemia sem previsão de data para acabar. Ante esse enorme desafio, contamos com respostas à altura por parte do Legislativo e do Executivo. Como membros da **sociedade civil organizada**, fazemos questão de contribuir com a reforma tributária e com todos os debates que busquem a justiça fiscal e, especialmente, a social.

Assuntos e Palavras-Chave: SEPLAN - Secretaria do Planejamento - Sociedade Civil Organizada | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação

Estado prevê reforma tributária para reativar economia

Projeto que reúne cerca de 300 leis sobre impostos e benefícios em um único texto deve chegar à Alerj em fevereiro como parte do movimento 'Rio de Mãos Dadas'

ANDRÉ COELHO
andre.coelho@oglobo.com.br

O governo vai enviar à Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) um projeto de lei para simplificar a legislação tributária, que vai reunir quase 300 leis em um único texto e assim facilitar a gestão de negócios no estado. O anúncio foi feito pelo governador em exercício Cláudio Castro durante o lançamento do movimento "Rio de Mãos Dadas", uma iniciativa da Fecomércio com o objetivo de unir poder público e o setor privado em ações que fomentem a economia fluminense.

Além de Castro, também participaram do encontro virtual, na manhã de ontem, o prefeito Eduardo Paes; o presidente da Fecomércio-RJ, Antônio Queiroz, organizador do movimento; o presidente do Sindicato de Bares e Restaurantes do Rio (SindRio), Fernando Blower; e o diretor do Fairmont Rio, Michael Nagy. O debate foi mediado pela jornalista Míriam Leitão e transmitido nas redes sociais dos jornais O GLOBO e Extra.

Castro disse que o projeto de consolidação de leis tributárias chegarão ao parlamento estadual em fevereiro.

— Hoje é impossível. Com 300 leis



Agenda para 2021. Encontro virtual reuniu governador, prefeito e lideranças do setor produtivo

sobre incentivos e alíquotas, as empresas têm que ter uma estrutura tributária absurda — afirmou Castro.

MUDANÇA POSITIVA

A simplificação da legislação foi uma das demandas do presidente da Fecomércio-RJ.

— Hoje, o pequeno empresário e as empresas como um todo têm uma estrutura enorme de *backoffice* para controlar essa parte tributária e cumprir as obrigações — disse, acrescentando que hoje o comércio é responsá-

vel por quase 70% do PIB do Rio, com 1,4 milhão de trabalhadores.

Já Blower destacou que é fundamental desburocratizar e apoiar comerciantes. Segundo ele, 25% dos estabelecimentos fecharam as portas em definitivo no Rio, e 40% dos bares e restaurantes do país acumulam dívidas tributárias:

— O nosso setor só deve retomar os patamares pré-crise em 2022.

Para o prefeito Eduardo Paes, com a união promovida pelo movimento, a mudança positiva "virá muito rápido".

O GLOBO

EXCLUSIVO PARA ASSINANTES

Centrão já disputa presidência da Eletrobras, após anúncio de saída de Ferreira



Wilson Ferreira, presidente da Eletrobras, que renunciou ao cargo no dia 25 de janeiro
Valor/20/09/2018

Senadores do MDB e do DEM articulam nos bastidores para preencher espaço deixado por Wilson Ferreira. Equipe econômica tenta manter perfil técnico no cargo

Manoel Ventura e Bruno Rosa

25/01/2021 - 16:38 / Atualizado em
26/01/2021 - 10:15



BRASÍLIA — O pedido de demissão do presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Junior, sinalizou que o processo de privatização da empresa saiu de cena e já desperta o apetite de políticos do Centrão, e de siglas como DEM e MDB, pela indicação do novo nome para comandar a estatal.

Técnicos da equipe econômica, no entanto, tentam evitar a pressão e trabalham por um nome técnico para chefiar a empresa, que seja

Viu isso? Após saída de presidente da Eletrobras, Bolsonaro diz que vai 'acelerar' privatizações

O nome do atual presidente do Conselho de Administração da Eletrobras, Rui Flaks Schneider, é cogitado por integrantes do governo, mas já enfrenta resistência interna por ter adotado um tom considerado político em comunicado a conselheiros e diretores na segunda-feira.

Ferreira Jr. anunciou a renúncia ao cargo na noite de domingo. Ele fica no posto até 5 de março e, depois, [passará a presidir a BR Distribuidora](#), como antecipou o colunista do GLOBO Lauro Jardim.

Em nota sobre a saída do executivo, o Ministério de Minas e Energia (MME) defendeu a privatização da Eletrobras. O ministro da Economia, Paulo Guedes, participou de apresentação da pasta ontem, mas não mencionou o episódio e apenas reforçou a importância da agenda de reformas.

Com saída de presidente: [Eletrobras deve ficar cada vez menor, dizem analistas](#)

Eleição no Congresso

O executivo admitiu em entrevista coletiva, no entanto, que tomou a decisão após perceber que o projeto, apresentado no governo do ex-presidente Michel Temer, não tinha apoio necessário para avançar. Ele também [cobrou do presidente Jair Bolsonaro envolvimento na](#)

A [privatização](#) da Eletrobras foi a única apresentada até agora pelo governo ao Congresso. Analistas já viam com ceticismo a hipótese de que a concessão fosse de fato levada a cabo, após uma série de idas e vindas em relação ao projeto nos últimos anos, mas a saída do executivo foi interpretada como uma pá de cal nas privatizações no governo Bolsonaro.

Com falta de chuvas: [País terá o menor aumento de capacidade de geração de energia desde 2012](#)

Especialistas ressaltam que apesar das queixas de falta de engajamento dos parlamentares, o governo não apresentou qualquer projeto para empresas prioritárias na lista de privatizações, como os Correios. De saída, Ferreira Jr. destacou em entrevista que a privatização da Eletrobras requer “grande capital político”.

Nessa segunda-feira, os recibos de ações da Eletrobras negociados em Nova York despencaram 11,76%. No Brasil, não houve pregão em razão do feriado.

Nas últimas semanas, Ferreira Jr. vinha dizendo a pessoas próximas que deixaria a estatal quando percebesse que o governo não encampava mais a privatização. Declarações de Rodrigo Pacheco

governo — pondo em dúvida o avanço na venda da empresa teriam sido decisivas. O executivo sempre considerou que estava no Senado a maior resistência.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

PUBLICIDADE

Míriam Leitão: [Mercado vê o fim da agenda liberal, com saída de Wilson](#)

O partido de Pacheco, o DEM, é uma das legendas interessadas em indicar um sucessor para a Eletrobras. O MDB e partidos do chamado centrão, grupo de siglas que passou a dar sustentação ao governo na Câmara, estão na disputa.

As movimentações ocorrem a uma semana das eleições no Congresso. Além de Pacheco, no Senado, o governo apoia Arthur Lira (PP-AL) contra Baleia Rossi (MDB-SP), na Câmara.

Militar é possível sucessor

Perguntando sobre o risco de politização da sua sucessão, com o centrão pleiteando a direção da Eletrobras e outros cargos, Ferreira Jr. minimizou:

— O risco é muito baixo. Já estamos com o governo Bolsonaro há dois anos.

Dentro do governo, o Ministério da Economia e o MME também tentam resistir às pressões e indicar um nome alinhado com as equipes e favorável à privatização. Técnicos da equipe econômica cobram uma sinalização clara do governo em favor da venda da estatal. Por isso, defendem alguém com reconhecimento do mercado para preservar a expectativa de privatização.

O nome de Rui Flaks Schneider, presidente do conselho da empresa, é cogitado no MME. Ele é engenheiro mecânico, oficial da reserva da Marinha e próximo ao ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque (também egresso da Marinha). Além disso, tem experiência corporativa, tendo atuado em empresas como a Xerox e o banco de investimentos Brascan (hoje Banco de Montreal). Também atuou como membro dos conselhos de empresas como Light, Unipar e Parmalat Brasil. E integra o da Petrobras.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

PUBLICIDADE

Analítico: [Mudança na Eletrobras mostra que troca no Congresso não é suficiente para privatizar](#)

Flaks, no entanto, enfrenta resistências internamente. A Associação dos Engenheiros Técnicos do Sistema Eletrobras (Aesel) criticou o

tom político da carta enviada por ele a conselheiros e diretores da estatal em que trata da demissão de Ferreira Jr.

Em nota, a Aesl diz que Flaks “parece se utilizar da carta para um projeto político, ao afirmar que já conversa com o ministro de Minas e Energia sobre a próxima indicação, e ao repetir, na assinatura, um slogan de campanha conhecido — ‘Brasil acima de tudo. Deus acima de todos’”.

Caso o nome avance, ele enfrentaria problemas semelhantes ao de seu antecessor. Fontes próximas a Ferreira Jr. relatam que o executivo estava desgastado por pressões internas. Sua relação com os empregados era difícil, com vários episódios de embates com sindicalistas, além do que considerava a falta de empenho dentro da própria companhia para agilizar a venda de ativos.

Guedes: [Vacinação em massa contra a Covid-19 vai garantir retomada da economia](#)

A Eletrobras informou que o conselho vai contratar consultoria de recrutamento para escolher o novo presidente.

A privatização da Eletrobras foi anunciada em 2017. O projeto foi encaminhado ao Congresso no ano seguinte, mas não avançou sequer nas comissões da Câmara. Ferreira Jr. ocupava um dos poucos cargos indicados por Temer a permanecer no atual governo.

A última estimativa do governo previa arrecadação de R\$ 18 bilhões com a privatização. Diante da incerteza política, o valor não foi incluído no Orçamento de 2021. Por outro lado, o governo prevê gastar R\$ 4 bilhões para criar a nova empresa que ficará responsável pela hidrelétrica de Itaipu e as usinas nucleares de Angra, após a privatização da estatal.

O GLOBO RECOMENDA



Eletrobras: com saída de presidente, estatal corre risco de ficar cada vez menor, dizem analistas



Governo defende privatização da Eletrobras, após presidente pedir demissão



Vacina antecipa disputa política entre Bolsonaro e Doria. Entenda as estratégias



Eletrobras: após pedir demissão, presidente da estatal cobra envolvimento de Bolsonaro na privatização

Conteúdo Publicitário

Geladeira Continental Automática Frost Free 2 Portas TC41 370 Litros

Americanas.com | Patrocinado

MAIS LIDAS NO GLOBO

- Três evangélicos disputam vaga que será aberta no STF em julho; veja quem são**

O GLOBO

Vacinação em massa contra a Covid-19 vai garantir retomada da economia, diz Guedes



O ministro da Economia, Paulo Guedes Foto: Pablo Jacob / Agência O Globo

Ministro da Economia afirma que governo está 'tentando comprar todas as vacinas'

Manoel Ventura

25/01/2021 - 15:25 / Atualizado em
25/01/2021 - 17:22



Newsletters

BRASÍLIA — O ministro da Economia, Paulo Guedes, defendeu nesta segunda-feira a vacinação em massa da população contra a Covid-19 como necessária para a recuperação da atividade econômica neste ano.

— A volta segura ao trabalho é importante, e a vacinação em massa é decisiva. A vacinação em massa é um fator crítico de sucesso para o bom desempenho da economia logo à frente — disse Guedes, em entrevista à imprensa sobre o resultado da arrecadação de impostos de 2020.

Até agora, o governo iniciou a distribuição de 2 milhões de doses produzidas pelo laboratório Astrazeneca em parceria com a universidade de Oxford importadas da Índia. Essa vacina também será produzida pela Fiocruz no Brasil.



A VACINAÇÃO CONTRA A COVID-19 NO BRASIL

1 de 12



A profissional de saúde Raimunda Nonata, 70, se prepara para ser vacinada com a CoronaVac em sua casa, tornando-se a primeira quilombola imunizada no Quilombo Marajupena, no município de Cachoeira do Piriá, no Pará
Foto: TARSO SARRAF / AFP - 19/01/2021

Também estão sendo aplicadas pouco mais de 10 milhões de doses produzidas pelo laboratório chinês Sinovac em parceria com o Instituto Butantan.

— Estamos começando a vacinação em massa, que vai garantir o retorno seguro ao trabalho. A economia e a saúde andam juntas. O Brasil está tentando comprar todas as vacinas. Estamos tentando

adquirir todas as vacinas — disse Guedes, parabenizando a Fiocruz, o Butantan, a Anvisa, as Forças Armadas e os profissionais de saúde.

Plano de saúde: [calculadora do GLOBO mostra como fica o reajuste da sua mensalidade em 2021](#)

Para o ministro, saúde e economia “andam juntas”. Por isso, afirma, a vacinação em massa, o retorno seguro ao trabalho e a votação de propostas econômicas pelo Congresso são necessários para destravar a economia.

— Limpar a pauta logo na volta no Congresso, destravar o horizonte de investimentos, transformar esse empurrão na economia à base do consumo numa retomada sustentável de crescimento pela reformulação dos marcos regulatórios é crítico. A nossa agenda é clara. Nós temos que acelerar as privatizações, reduzir as alíquotas de impostos — disse Guedes.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

PUBLICIDADE

Entenda: [o caminho da vacina contra a Covid, da importação do insumo até o braço do brasileiro](#)

Ao contrário do discurso adotado por parte do governo ao longo da pandemia, que defendeu a volta à “normalidade” e ao trabalho apesar do aumento no número de casos da doença e de mortes

— Espero que todos se cuidem. Saúde e vacinação em massa são críticos, são fatores críticos de desempenho econômico também. Então, para que a economia possa voar novamente, nós precisamos acelerar essa vacinação em massa — disse.

Guedes aproveitou também para pedir a aprovação de projetos e reformas pelo Congresso após a volta ao trabalho dos parlamentares, a partir da semana que vem.

Eletobras: com saída de presidente, estatal corre risco de ficar cada vez menor, dizem analistas

— Sempre houve essa perspectiva que a saúde e a economia andam juntas e nós precisamos enfrentar esses dois desafios simultaneamente — afirmou.

Sem citar nomes, o ministro criticou quem “sobe em cadáveres” para fazer política.

— Tem muita gente subindo em cadáveres para fazer política. Isso não é bom. A população e os eleitores vão saber diferenciar isso lá na frente — afirmou o ministro.

O GLOBO RECOMENDA



Bolsonaro diz que China liberou insumos para CoronaVac e



Brasil deverá ter mais 15 milhões de doses de vacinas contra a Covid-19 em fevereiro



Negociação feita por empresas para comprar 33 milhões de doses de vacina contra



Vacina antecipa disputa política entre Bolsonaro e Dória. Entenda as circunstâncias

Nova lei de recuperação e o veto presidencial

Não há renúncia de receita por parte da União em nenhuma das regras tributárias vetadas pelo presidente

Por Mattheus Montenegro e Thiago de M. Marques

26/01/2021 05h01 · Atualizado há 6 horas

Entrou em vigor no fim de semana a Lei nº 14.112, de 2020. A norma altera a Lei nº 11.101, de 2005, que, por sua vez, regula a recuperação judicial e extrajudicial e a falência no Brasil. O texto sancionado pelo presidente da República, contudo, distanciou-se em alguns pontos do Projeto de Lei (PL) nº 4.458, de 2020, aprovado pelo Congresso Nacional.

No que tange especificamente às questões tributárias, constam dois vetos: (i) ao artigo 6-B, o qual dispunha que não se aplicaria, para fins de utilização do prejuízo fiscal acumulado, a trava de 30% na apuração do Imposto de Renda (IRPJ) e CSLL sobre a parcela do lucro líquido decorrente de ganho de capital resultante da alienação judicial de bens ou direitos, pela pessoa jurídica em recuperação judicial ou com falência decretada; e (ii) ao artigo 50-A, por meio do qual buscava-se esclarecer que o PIS/Cofins não incide sobre a “receita” reconhecida contabilmente pela empresa devedora em virtude da renegociação de dívidas no âmbito da recuperação judicial.

Não há renúncia de receita por parte da União em nenhuma das regras tributárias vetadas pelo presidente

Quanto ao artigo 6-B, o objetivo era de aliviar o caixa das empresas em recuperação judicial, que poderiam utilizar prejuízo fiscal, sem a imposição da trava de 30%, na apuração do IRPJ e CSLL sobre a parcela decorrente de ganho de capital. Afinal,

como é geralmente necessária a venda de bens ou direitos para a manutenção da atividade produtiva, a empresa poderia valer-se de créditos próprios sem nenhuma limitação.

Já para compreender a questão referente ao artigo 50-A é necessário ter em mente que, sob a perspectiva estritamente contábil, a redução de dívidas sem seu pagamento pela empresa devedora usualmente é classificada como “receita” de tal empresa. Assim, considerando que no contexto de recuperação judicial é comum que a empresa devedora negocie com seus credores a concessão de descontos para o pagamento de suas dívidas, a contabilidade registrará esses descontos como uma “receita” da empresa devedora.

Transplantando essa forma de tratamento contábil para o universo tributário, a Receita Federal adota o entendimento de que a diminuição de um passivo (sem seu pagamento) configura receita tributável da empresa devedora (vide, por exemplo, a Solução de Consulta Cosit nº 21/13 - parágrafo 10.3).

Daí a necessidade de se esclarecer, como pretendeu fazer o Congresso Nacional, que eventual redução de despesa negociada em sede de recuperação judicial não configura receita tributável da empresa devedora, em recuperação.

Na fundamentação do veto, o Ministério da Economia informou que as regras inseridas pelos artigos 6-B e 50-A no texto aprovado pelo Congresso Nacional representariam renúncia de receita em descompasso com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), além de, quanto ao artigo 50-A, violar o princípio da isonomia tributária. Não há, contudo, renúncia de receita por parte da União em nenhuma das duas hipóteses.

No que se refere à trava de 30%, a sua eliminação para fins de apuração do ganho de capital simplesmente permite a utilização integral de crédito, já pertencente ao contribuinte, que seria usufruído mais cedo ou mais tarde. A medida, portanto, não traz propriamente uma renúncia de receita para a União a que alude o artigo 14 da LRF, já que, sendo o crédito integralmente utilizado, os futuros pagamentos dos tributos serão feitos em espécie, dentro ou fora do mesmo ano-calendário.

Quanto ao PIS/Cofins, não se está diante de uma receita tributável auferida pelas empresas em recuperação, tendo em vista a necessária distinção entre “receita contábil” e “receita tributável”. Essa distinção foi feita pelo Supremo Tribunal Federal (STF) quando, em 2012, sob o rito da repercussão geral (RE nº 606107/RS), decidiu que, ainda que a contabilidade “possa ser tomada pela lei como ponto de partida para a determinação das bases de cálculo de diversos tributos, de modo algum subordina a tributação”, razão pela qual a receita tributável, sob o prisma constitucional, representa “o ingresso financeiro que se integra no patrimônio na condição de elemento novo e positivo, sem reservas ou condições”. Logo, sem que se verifique receita tributável auferida pelas empresas em recuperação, não cabe cogitar eventual renúncia de receita por parte da União.

Inexiste, ainda nesse ponto, qualquer ofensa ao princípio da igualdade tributária, seja porque inexiste receita tributável da empresa em recuperação; seja porque uma empresa em recuperação judicial não está em situação similar àquela em que se encontram empresas economicamente saudáveis, ainda que atuem no mesmo setor. Pelo contrário, resulta do princípio da igualdade que empresas contribuintes que se encontram em situações distintas recebam tratamento também distinto.

Espera-se que o Congresso Nacional, debruçando-se sobre tais argumentos, exerça seu legítimo poder e derrube o veto presidencial aos artigos 6-B e 50-A do PL nº 4.458, de 2020.

Mattheus Reis e Montenegro e Thiago de Mattos Marques são, respectivamente, sócio e advogado sênior da Área Tributária do Escritório Bichara Advogados

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Tenha sempre por perto uma Super Lupa, um dia precisará

Fazenda teme reversão da jurisprudência

Órgão considera preocupante aplicação da nova forma de desempate dos julgamentos

Por **Beatriz Olivon** — De Brasília

26/01/2021 05h01 · Atualizado há 6 horas

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) teme que a jurisprudência se inverta com o retorno dos julgamentos presenciais no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). As sessões terão processos de maior valor e poderá ser aplicada com maior frequência a nova regra para o desempate de votos, que dá a vitória ao contribuinte.

Adotou-se pouco no ano passado o novo critério, segundo a PGFN. Há maior chance de empate, afirma o órgão, nos julgamentos de casos com valores mais elevados, como os que envolvem planejamentos tributários ou teses tributárias de maior repercussão. E há possibilidade de reversão da jurisprudência, acrescenta, inclusive em matérias que vem sendo julgadas a favor da Fazenda pelo Judiciário, o que considera “preocupante”.

Até a mudança, valia o chamado voto de qualidade, que é o desempate pelo presidente da turma julgadora, um representante da Fazenda. Levantamento realizado pelo escritório Mattos Filho Advogados mostra que, em 2018, foram 530 julgamentos com empate, com o voto de qualidade a favor do Fisco. Em 2019, 710. Já em 2020, foram 144 empates, com apenas 27 desempates a favor do contribuinte - a nova regra não é aplicada pelo Carf em todos os tipos de processos.

O novo modelo de voto de desempate surgiu em abril do ano passado, com a Lei nº 13.988, que alterou o artigo 19-E da Lei nº 10.522, de 2002. A redação dada ao dispositivo, no entanto, acabou dando margem para diferentes interpretações.

O dispositivo libera do voto de qualidade o “processo administrativo de determinação e exigência de crédito tributário”. O Carf, nos seus julgamentos, tem afirmado que o texto envolveria apenas uma parcela dos processos julgados.

Para o advogado João Marcos Colussi, sócio do escritório Mattos Filho, será um desafio a retomada dos grandes casos e ainda com a aplicação do desempate a favor dos contribuintes. “A imposição de um limite de R\$ 1 milhão e depois R\$ 8 milhões em 2020 foi uma maneira de não julgar casos que envolvem grande quantia com a obrigatoriedade de aplicar o desempate”, afirma.

No entendimento do órgão somente os decorrentes de autos de infração - deixando de lado casos processuais, sobre responsabilidade solidária e embargos de declaração. Na Portaria nº 260, de julho de 2020, o Ministério da Economia referenda a posição do tribunal administrativo.

O modelo virtual, acrescenta o advogado tributarista, é produtivo e bom para todos os envolvidos. “Mas casos com certa complexidade devem ser julgados pelos conselheiros de forma presencial”, diz.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Tenha sempre por perto uma Super Lupa, um dia precisará

INTERNET REVIEW STORE

LINK PATROCINADO

Chegou o Cashback SuperGet

SUPERGET

LINK PATROCINADO

Relógio militar está conquistando homens pelo Brasil

RELÓGIO STRONG SHOCK

LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula para calvície que cria mais de 14 mil novos fios de cabelo

FOLICAPS

LINK PATROCINADO

5 resoluções de ano novo que vão fazer seu ano mais feliz

ZENKLUB

Carf julgará casos de maior valor para reduzir estoque de R\$ 748 bi

Número de processos caiu em 2020, mas montante total cresceu R\$ 120 bilhões

Por **Beatriz Olivon** — De Brasília

26/01/2021 05h00 · Atualizado há 6 horas



Adriana Gomes Rêgo: “Nossa estratégia, em termos de valor, é varrer do acervo aquilo que é objeto de súmula do Carf e precedentes vinculantes” — Foto: Divulgação

O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) quer neste ano reduzir o valor total do estoque de processos. Mesmo julgando mais em 2020, o órgão viu aumentar em R\$ 120 bilhões o montante em discussão - que passou a R\$ 748 bilhões. Para dar vazão, os conselheiros estão passando a se concentrar na análise de teses já definidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e Superior Tribunal de Justiça (STJ) ou objeto de súmulas do próprio Carf.

A medida é uma forma de o órgão não ficar preso ao teto de R\$ 12 milhões estabelecido recentemente para as sessões virtuais - outra saída encontrada para reduzir o estoque. Antes, era de R\$ 8 milhões e o Carf, além de alterar o limite pela terceira vez, incluiu a possibilidade de os conselheiros analisarem representações de nulidade, que discutem a ocorrência de alguma irregularidade em julgamento do próprio órgão.

Por enquanto, as sessões serão apenas virtuais, mas a ideia é adotar, provavelmente no segundo semestre, um modelo misto. O Carf já realizava julgamentos virtuais antes da pandemia, mas só para processos que discutiam autuações fiscais de até 60 salários mínimos.

“Nossa estratégia, por enquanto, em termos de valor, é varrer do acervo aquilo que é objeto de súmula do Carf e precedentes vinculantes”, afirma a presidente do Carf, Adriana Gomes Rêgo. É o que é possível fazer de forma virtual, acrescenta, seguindo o regimento interno.

Entre os temas que já foram resolvidos pelo STF está a quebra de sigilo fiscal. Os ministros consideraram a medida possível, mas o contribuinte continua alegando no Carf que é inconstitucional. Também são muito usadas as súmulas 132 e 139, editadas pelos conselheiros. A primeira trata de juros de mora sobre autuação que teve depósito judicial parcial. A segunda diz que descontos e abatimentos concedidos por bancos em renegociação com clientes são despesas operacionais dedutíveis da base de cálculo da CSLL.

No ano passado, o Carf conseguiu julgar mais processos. Mas pela limitação do modelo virtual, apenas casos de menor valor. Entre junho e novembro, o número de julgamentos subiu 48% na comparação com o mesmo período de 2019. Assim, o órgão terminou o ano com estoque de 101 mil processos, ante 116 mil em novembro de 2019.

“As entradas [de processos] foram constantes, mas as saídas foram maiores”, diz Adriana. No ano passado, a estratégia era julgar casos de menor valor e repetitivos - para que uma decisão valesse para vários processos. Com a mudança, o tempo de tramitação de um caso no Carf caiu de 800 para 550 dias.

Quando o modelo misto for adotado, as prioridades para os julgamentos presenciais, de acordo com Adriana, serão os casos que saíram da pauta virtual, por pedido de advogados e procuradores, e os processos de maior valor que discutem temas que ainda não foram pacificados pelos tribunais superiores.

Poucos casos concentram 40% do valor em estoque no Carf. São apenas 105, que discutem, por exemplo, amortização de ágio e tributação de ganho de capital. O processo de maior valor é do Itaú Unibanco. Nele, a Receita Federal cobra R\$ 25 bilhões de Imposto de Renda e CSLL por ganho de capital com a fusão. O banco está vencendo a disputa.

A Petrobras também está entre os maiores litigantes. Possui 11 processos em tramitação, que somam cerca de R\$ 43 bilhões. Outra empresa da lista é a Ambev, com pelo menos oito processos, em um total de R\$ 13,2 bilhões.

Em meio à pandemia, não restou alternativa. Os conselheiros passaram a se encontrar apenas virtualmente. A medida, além de gerar maior volume de julgamentos, trouxe economia para o Carf. Com diárias e passagens, os gastos caíram 80% em 2020.

A presidente prefere não prever uma data para o retorno das sessões presenciais. Fala apenas em segundo semestre se a situação da pandemia permitir. “Claro que não vamos colocar a vida dos conselheiros em risco”, afirma. Hoje, 95% dos conselheiros não moram em Brasília e se deslocam para os julgamentos.

As sessões virtuais facilitaram, segundo ela, a vida dos advogados. “Muitos gostaram de fazer sustentação remota e o número de pedidos na 2ª Seção, por exemplo, aumentou”, diz ela.

A 2ª Seção julga mais processos envolvendo pessoas físicas e valores menores e, por isso, na volta à normalidade, poderá ter mais sessões virtuais do que a 1ª Seção, que concentra os casos de maior valor. “O que vai determinar [o número de sessões virtuais e presenciais] é a característica do acervo, sempre respeitando a vontade dos patronos”, afirma Adriana.

Os julgamentos virtuais recomeçaram no dia 12 e o calendário está mantido. A presidente espera realizar uma reunião do Pleno no segundo semestre, mesmo que de forma virtual. É nessa sessão que são aprovadas as súmulas do órgão. Em 2020, não foram apresentadas propostas de súmula em número suficiente que justificasse a sessão, segundo Adriana. “Se eu tivesse mais súmulas, poderia julgar mais processos virtualmente”, diz.

Entre os conselheiros, a maioria aprova o sistema virtual por conta da pandemia, segundo Laércio Cruz Uliana Junior, presidente da Associação dos Conselheiros Representantes dos Contribuintes no Carf (Aconcarf). “As sessões ficaram mais cansativas pelo virtual. Muitas vezes o contato pessoal dava mais dinamismo, mas os trabalhos em si não foram alterados”, afirma.

Para a advogada e ex-conselheira Cristiane Costa, sócia no escritório Thomazinho, Monteiro, Bellangero & Jorge, um sistema misto, com a manutenção dos julgamentos virtuais, facilitará a vida dos pequenos contribuintes. “Pode ser um ganho de produtividade para o Carf”, diz.

Ela lembra que, enquanto os processos estão no Carf, os valores das autuações não são cobrados ou garantidos pelos contribuintes. “O Conselho sofrerá pressão para julgar valores altos, para que possam ser cobrados.”

Em nota, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) afirma que considera “positivo” o modelo misto proposto pelo Carf. O formato, diz, permite o aumento da produtividade com os julgamentos virtuais, que se mostraram eficientes para processos de menor complexidade e, ao mesmo tempo, possibilita que os casos mais complicados sejam julgados em sessões presenciais.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Tenha sempre por perto uma Super Lupa, um dia precisará

INTERNET REVIEW STORE

LINK PATROCINADO

Coloque em prática seu projeto de educação financeira

FEBRABAN



Por Luiz Carlos Mendonça de Barros

Luiz Carlos Mendonça de Barros, engenheiro e economista, é p... [ver mais](#)

A covid 19 contra-ataca

No curto prazo não sobra alternativa de defesa senão uma outra rodada de estímulos econômicos, inclusive transferência de renda para os mais pobres

26/01/2021 05h00 · Atualizado há 6 horas

Confesso ao leitor do **Valor** que meu otimismo estrutural com a ação do ser humano diante de uma crise grave que atinge, de tempos em tempos, nossa sociedade está sendo fortemente questionado neste início de 2021. Esperava eu que com o início da vacinação em grande número de países, a crise da saúde - e sua derivada econômica - poderiam continuar a ser enfrentadas com as armas hoje à disposição de governos e sociedade. Com a redução das medidas de afastamento social testadas ao longo de vários meses e as medidas de natureza keynesianas implantadas na maioria das economias de mercado, a profunda recessão que se seguiu foi controlada e, nos últimos meses de 2020, iniciamos a volta de um ciclo econômico de normalidade.

Os dados econômicos conhecidos até o mês de novembro mostram uma recuperação em V com o braço ascendente da curva da atividade econômica na maioria dos países chegando quase ao mesmo nível de março passado, quando a crise chegou aos mercados mais importantes do mundo. Apenas os indicadores das atividades do setor de serviço - principalmente as de refeições fora do domicílio e mobilidade aérea - tiveram uma recuperação mais lenta e terminaram 2020 bem abaixo de antes do início da crise.

Não sobra alternativa de defesa senão uma outra rodada de estímulos, inclusive transferência de renda

Meu otimismo com 2020/2021 vinha exatamente da abrangência das medidas econômicas implantadas pelos governos nacionais e da certeza que as reações dos agentes econômicos diante de tantos estímulos fiscais que chegaram a mais de 10% do PIB e uma postura altamente expansionista dos Bancos Centrais seria a de acelerar seus negócios.

Me ajudou muito, na compreensão do que iria acontecer, o acompanhamento da crise vivida pelos Estados Unidos em 2008 e que, posteriormente, se transformou em uma depressão mundial que durou quase dez anos. A recessão da covid-19, pelas suas características particulares, me parecia ser ainda mais fácil de ser superada pelas ações de política fiscal e monetária tomadas rapidamente pelas autoridades econômicas. Em 2008, pelas circunstâncias das eleições americanas e de um novo governo democrata, apenas em 2010 é que as primeiras medidas para enfrentamento da recessão foram implantadas. Além disto, em 2008 tivemos uma crise bancária de grandes proporções nos Estados Unidos o que sempre torna muito mais difícil a volta da confiança aos mercados e a recuperação da atividade econômica.

Este modelo de recuperação da recessão econômica que tracei em função da teoria econômica disponível e do acompanhamento por vários anos dos acontecimentos vividos entre 2008 e 2020 tinha, entretanto, uma falha grave. Não incorporava os riscos associados a uma pandemia como vivíamos, por falta de conhecimento meu e da grande maioria dos analistas que serviam como referência para seu acompanhamento. Não tínhamos conhecimento de uma pandemia da natureza que estamos vivendo e as referências já conhecidas como a da Saar em 1997 - e que provocou a crise econômica conhecida como "crise da Ásia" - se revelaram enganosas pela rapidez como foi superada.

Em 1998 a economia mundial já tinha se recuperado da curta recessão vivida e os negócios no mundo tinham voltado à plena atividade. Dou aqui um exemplo marcante deste fato pois fui o responsável pela maior privatização já realizada na América Latina - 12 empresas do sistema Telebrás - em junho de 1998 pelo valor de US\$ 20 bilhões.

Esta diferença entre uma pandemia geograficamente mais localizada como foi a Saar - embora da mesma natureza viral como a covid-19 - e a que estamos vivendo é um alerta grave para o potencial destruidor que as crises provocadas pela Natureza podem ter sobre a Humanidade. Mesmo com o potencial científico que acumulamos hoje, o arsenal de uma natureza agredida pode se revelar muito maior.

A violência como o vírus da covid-19 contra-atacou uma sociedade acostumada com uma liberdade quase sem limites para organizar suas cadeias de negócios, como se a distância entre mercados e empresas espalhadas pelo mundo não existisse, foi a arma mais poderosa que a covid-19 encontrou para se espalhar pelo mundo. Por outro lado, a incrível capacidade que mostra o vírus para mudar sua natureza é uma advertência vigorosa para a dimensão de seu potencial destruidor.

Hoje a dúvida se uma vacina identificada e testada vai servir para qualquer nova mutação do vírus assusta a todos, mas principalmente os cientistas do setor. A mensagem a toda a humanidade está feita e cabe agora aos governos nacionais o desenvolvimento não só de programa de vacinações com o material que temos hoje, mas, principalmente, de um sistema logístico com um protocolo protetor de outra natureza.

No curto prazo não sobra alternativa de defesa senão uma outra rodada de estímulos econômicos, inclusive transferência de renda para os mais pobres para acomodar uma nova rodada de isolamento social, talvez até mais intenso do que já vivemos entre março e junho de 2020. Mesmo que isto cause calafrios nos economistas que formam hoje o pensamento dominante nos mercados financeiros.

Luiz Carlos Mendonça de Barros, engenheiro e economista, é presidente do Conselho da Foton Brasil. Foi presidente do BNDES e ministro das Comunicações.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Tenha sempre por perto uma Super Lupa, um dia precisará

INTERNET REVIEW STORE

É possível conciliar novo auxílio com o teto de gastos

Acelerar a votação das PECs é imprescindível para sustentar eventual auxílio e o próprio teto

26/01/2021 05h00 · Atualizado há 6 horas

Atrasos nos calendários de obtenção das vacinas e de imunização e o avanço de nova onda da pandemia ensombreceram as perspectivas da economia para o primeiro trimestre do ano. As respostas do governo a isso terão de levar em conta pressões cada vez maiores para que seja concedido um novo auxílio emergencial, que vêm não apenas da oposição, mas dos candidatos governistas à disputa do comando do Senado e da Câmara dos Deputados. Favorecem as pressões o retraimento da economia e, agora, o recuo da popularidade do presidente Jair Bolsonaro nas pesquisas. Bolsonaro voltou aos 32% que consideram ótima e boa sua gestão, o mesmo baixo percentual de meados do ano passado, quando desferia ataques contra o STF e outras instituições.

O tempo certo e a magnitude do primeiro auxílio emergencial não foram fruto de planejamento, mas das circunstâncias. Sua necessidade foi, inicialmente, minimizada pela equipe econômica e pelo ministro Paulo Guedes, que acreditava que com R\$ 5 bilhões resolveria a parada. Quase um ano depois, e de gastos 120 vezes maiores do que previa Guedes, a questão se recoloca com urgência. Não há uma transição de renda que conduza o grande exército de desempregados até a retomada do crescimento, cujo horizonte parece ser cada vez mais adiado para o segundo semestre.

A equipe econômica se conforma com um resultado negativo no primeiro trimestre, mas não dá aval a nova rodada de auxílios. A hipótese de concessão de novo auxílio

piorou o desempenho da bolsa, que completou duas semanas em queda, e do câmbio, com o dólar teimosamente voltando para perto de R\$ 5,50. O Banco Central, por sua vez, retirou a orientação futura, que o impedia de sinalizar um ciclo de alta de juros, indicando o princípio do fim do único instrumento em ação de estímulo à economia.

A questão central sobre a ajuda financeira é a de se ele é necessário e, sendo, se será instituído com ou sem o respeito ao teto de gastos. Há expedientes temporários para que os gastos extras possam ocorrer. O Tribunal de Contas da União permitiu o salto dos recursos que não foram gastos no combate à pandemia em 2020 para o orçamento deste ano na rubrica das despesas extraordinárias, algo como R\$ 31 bilhões. O governo determinou via medida provisória que R\$ 20 bilhões desse bolo sejam destinados à compra de vacinas. Arthur Lira fala em usar créditos extraordinários, que não confrontam o teto, para liberar até R\$ 50 bilhões para ajuda temporária.

O governo está chegando em um momento de definições, quando terá de optar pelas promessas de austeridade que têm, na parte econômica, o ministro Paulo Guedes como fiador, ou a ambição de reeleição de Jair Bolsonaro, possibilidade que em campanha eleitoral refutara. Há opções no meio do caminho, mas Bolsonaro preferiu rejeitá-las, embora possa até voltar atrás por força das circunstâncias políticas. A primeira proposta feita por Guedes de retirar programas menos focados em renda - abono salarial, auxílio defeso, salário família e outros - para bancar um Bolsa Família ampliado foi fulminada pelo presidente. Boa parte dos economistas, porém, acham que seria uma boa e eficaz medida para ampliar a rede de proteção social.

Destruir o teto de gastos por impulso ou sob pressão, sem colocar algo crível em seu lugar, provocaria uma crise certa, com dúvidas sobre a sustentabilidade da dívida interna, pressões inflacionárias e juros altos para tentar contê-las. A opção correta é encontrar espaços para gastos adequados por tempo determinado, dentro do teto.

Além da desativação de programas que não são focados em renda, houve “folga” em despesas em função da magnitude e abrangência do auxílio, que ao impulsionar o consumo, evitaram que a dívida pública chegasse a ser ainda mais alta. O economista Claudio Adilson Gonçalves aponta que o PIB terá caído em 2020 bem

menos que o previsto, perto de 4%, e que a relação dívida pública/PIB ficou longe dos 100% previstos por muitos analistas. Para ele, um auxílio de R\$ 300 por seis meses, que custaria R\$ 120 bilhões, teria impacto sobre a dívida pública de 1,5% do PIB, elevando sua relação com o PIB para 89,7%, pouco acima do nível de 2020 (O Estado de S. Paulo, 25 de janeiro).

O auxílio pode respeitar o teto e ser o coadjuvante provisório da vacinação em massa, permitindo alguma renda a milhões de pessoas até que a oferta de empregos deslanche. Acelerar a votação das PECs é imprescindível para sustentar o eventual auxílio e o próprio teto.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Tenha sempre por perto uma Super Lupa, um dia precisará

INTERNET REVIEW STORE

LINK PATROCINADO

Chegou o Cashback SuperGet

SUPERGET

LINK PATROCINADO

O investimento para seu projeto está aqui.

FEBRABAN

LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula para calvície que cria mais de 14 mil novos fios de cabelo

FOLICAPS

LINK PATROCINADO

Relógio militar está conquistando homens pelo Brasil

RELÓGIO STRONG SHOCK

LINK PATROCINADO

Agora em Salvador a cera removedora de arranhões mais vendida dos EUA

BODY COMPOUND

por taboola

Conteúdo Publicitário

Imunização em massa será ‘decisiva’ para economia ‘voar novamente’, diz Guedes

Ministro diz que desempenho econômico do país pode surpreender “de novo” caso a taxa de mortalidade da covid-19 caia

Por Edna Simão e Mariana Ribeiro — De Brasília

26/01/2021 05h00 · Atualizado há 6 horas

Em sua primeira declaração pública desde que voltou de férias, em meados deste mês, o ministro da Economia, Paulo Guedes, destacou que a vacinação em massa é “decisiva” e “fator crítico” para o bom desempenho da economia. Para ele, a aceleração do processo permitirá à economia “voar novamente”.

“A vacinação em massa vai garantir o retorno seguro ao trabalho. Temos dias melhores à frente”, disse Guedes durante a apresentação dos dados da arrecadação do ano passado. O Brasil, segundo dados do Ministério da Saúde, já registra mais de 217 mil mortos pela doença.

Para o ministro, é possível que o Brasil “surpreenda de novo”, assim como aconteceu em relação às expectativas de desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) em 2020, se conseguir derrubar a taxa de mortalidade. “Para que a economia possa voar novamente, precisamos acelerar essa vacinação em massa”, afirmou.

Em um momento em que analistas econômicos revisam para baixo a previsão de expansão do PIB no primeiro trimestre, o ministro reforçou que a retomada da economia está acontecendo em “V”, como ele dizia.

Ele defendeu que o governo está tentando adquirir todas as vacinas para combater a pandemia e que ele é testemunha desse esforço. E aproveitou para parabenizar o

trabalho da Fiocruz, do Instituto Butantan, das Forças Armadas e dos profissionais de saúde. Sem citar nomes, aproveitou também para fazer uma crítica: “Tem muita gente subindo em cadáver para fazer política, isso não é bom”.

Assim como em outros momentos, o ministro destacou a necessidade de aprovação de reformas pelo Congresso Nacional para ajudar na retomada da economia. Na volta do recesso dos parlamentares, haverá a eleição da mesa da Câmara e do Senado e a expectativa de Guedes é que ocorra uma “limpeza da pauta de votação”.

Ele disse várias vezes que muitas das pautas do governo, como as privatizações, não andam devido a um acordo do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) com partidos de esquerda. “Vamos limpar a pauta logo na volta do Congresso”, frisou, ressaltando que o governo quer simplificar e reduzir impostos e que essa pauta está travada por “interdições”. “Queremos retomar”, acrescentou.

Na avaliação do ministro, a aprovação de reformas é o que vai impulsionar os investimentos, contribuindo para uma retomada mais sustentável do crescimento.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Tenha sempre por perto uma Super Lupa, um dia precisará

INTERNET REVIEW STORE

LINK PATROCINADO

Chegou o Cashback SuperGet

SUPERGET

LINK PATROCINADO

O que é o Janeiro Branco?

ZENKLUB

LINK PATROCINADO

Relógio militar está conquistando homens pelo Brasil

RELÓGIO STRONG SHOCK

LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula para calvície que cria mais de 14 mil novos fios de cabelo

FOLICAPS

Restos a pagar crescem 20% e são os maiores desde 2014/15

Gastos com pandemia e transferências constitucionais foram os principais responsáveis pelo crescimento, aponta Tesouro

Por **Lu Aiko Otta e Edna Simão** — De Brasília

26/01/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Impulsionado pelos gastos com a pandemia, o volume de restos a pagar inscritos para o ano de 2021 chegou a R\$ 227,8 bilhões, informou ontem o Tesouro Nacional. É um aumento real de 20,3% em relação ao período anterior e o maior volume desde a virada de 2014 para 2015, quando o saldo transferido atingiu R\$ 228 bilhões. Em termos nominais, o aumento chegou a R\$ 46,6 bilhões.

Restos a pagar são despesas de anos anteriores para as quais foram reservados (empenhados) recursos, mas o pagamento não ocorreu no período. Normalmente, isso ocorre porque o gasto é empenhado no fim do ano, ou porque refere-se a projetos que levam mais tempo para serem concluídos, como obras.

Segundo o Tesouro, o aumento é explicado principalmente por despesas para combate aos efeitos da covid-19, que somaram R\$ 16,1 bilhões, e elevação dos volumes de transferências constitucionais para Estados e municípios, de R\$ 16 bilhões. Foram ainda inscritos R\$ 7,9 bilhões em transferências relativas à exploração de recursos naturais e R\$ 6,1 bilhões em benefícios previdenciários.

São pagamentos de fronteira, que mereceram um box explicativo no relatório divulgado ontem. O documento informa que muitas despesas, por natureza, são transferidas para o início do mês seguinte. Como as transferências dos fundos de participação dos Estados e municípios referentes ao último decêndio do mês. Além

disso, especificamente em 2020, os pagamentos referentes ao acordo firmado entre União e Estados em torno da Lei Kandir só foram autorizados no dia 29 de dezembro, por isso ocorreram no primeiro dia útil de janeiro.

Os gastos com a covid-19 em 2021 contam no total com R\$ 37,7 bilhões, resultado da soma de R\$ 16,1 bilhões em restos a pagar e de R\$ 21,6 bilhões em créditos extraordinários de 2020 reabertos para a compra de vacinas. Desses, R\$ 8 bilhões referem-se ao Benefício Emergencial de Manutenção de Emprego e da Renda, R\$ 3,2 bilhões são despesas adicionais do Ministério da Saúde e outros, e R\$ 2,3 bilhões, do auxílio emergencial.

Nos benefícios previdenciários e nas transferências, os restos a pagar correspondem a recursos empenhados no fim do ano para pagamento em janeiro. “Por isso, a expectativa é que o aumento verificado em 2021 seja compensado por maior volume de pagamentos e cancelamentos durante o exercício”, diz o Tesouro, em nota.

Embora o volume de restos a pagar inscritos tenha crescido em termos absolutos, o montante representou 6,6% das despesas do orçamento do exercício. Em 2020, a inscrição correspondeu a 7%.

Do total inscrito, 80% são despesas empenhadas em 2020, e os 20% restantes, empenhadas em anos anteriores. Em 2021, os restos estão concentrados em outras despesas correntes, e não em investimentos, como costuma ocorrer.

Houve crescimento de R\$ 12,7 bilhões nos restos a pagar referentes a emendas parlamentares, na comparação com a virada de 2019 para 2020. Isso porque, no ano passado, foram criadas as emendas de comissão e as emendas do relator-geral, que não estavam presentes em 2019. Essas emendas estão concentradas no Ministério do Desenvolvimento Regional (R\$ 6 bilhões) e Saúde (R\$ 1,8 bilhão).

Já os restos a pagar inscritos das emendas de bancada e individuais somaram R\$ 15,7 bilhões, um valor semelhante ao observado no período anterior (R\$ 15,9 bilhões). Também nesse grupo, os valores estão concentrados nas pastas de Desenvolvimento Regional (R\$ 5,2 bilhões) e Saúde (R\$ 3,3 bilhões).

Em 2020 foram pagos R\$ 117,8 bilhões em restos a serem quitados ao longo daquele ano, de um estoque de R\$ 181,2 bilhões. Outros R\$ 18,4 bilhões foram cancelados e R\$ 44,9 bilhões ficaram para 2021. Com isso foi mantido praticamente constante o saldo a pagar a ser reinscrito no exercício seguinte.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Tenha sempre por perto uma Super Lupa, um dia precisará

INTERNET REVIEW STORE

LINK PATROCINADO

Uma plataforma virtual de vendas inédita.

MERCEDES-BENZ DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Preguiça de passar fio dental? Esse acessório é indispensável!

POWERJET

LINK PATROCINADO

Relógio militar está conquistando homens pelo Brasil

RELÓGIO STRONG SHOCK

LINK PATROCINADO

Pasta que remove riscos surpreende os moradores de Salvador

BODY COMPOUND

LINK PATROCINADO

Exterminador de mosquitos surpreende moradores de Salvador

MOSKITO KILLER

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Escalada de mortes e falta de vacinação em massa colocam Bolsonaro em xeque

VALOR INVESTE

Mercado não avalia bem Bolsonaro, mas não leva impeachment a sério, diz Leme Investimentos

Endividamento bate recorde em 2020, mas inadimplência recua

Famílias aproveitam carência para parcelas, renegociação e queda do juro para pôr contas em dia

Por Ana Conceição — De São Paulo

26/01/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas



Isabela Tavares, da Tendências: Consultoria: comprometimento foi especialmente beneficiado pelo recuo dos juros — Foto: Silvia Zamboni/Valor

Em 2020, as famílias bateram recorde de endividamento e destinaram parcela maior da renda para o pagamento de débitos. A despeito disso, a inadimplência caiu por

causa, entre outros motivos, da renegociação de dívidas e carência no pagamento de parcelas. Assim, as famílias entraram em 2021 em situação de crédito mais confortável que na crise anterior, de 2015-2016. Mas a perspectiva de aumento de juros, o desemprego em alta e o fim dos programas de transferência de renda podem se traduzir em um cenário menos favorável. Economistas preveem aumento na inadimplência, mas não para níveis vistos há cinco anos.

Segundo o Banco Central, o endividamento das famílias no sistema financeiro chegou a 50,26% em outubro (dado mais recente), o maior percentual desde 2005, primeiro ano da série, e um aumento de 5,47 pontos percentuais com relação ao mesmo período em 2019, quando era de 44,79%. Este salto na comparação anual é também o maior da série histórica. Da alta de 5,47 pontos, 3,17 pontos são de dívidas em geral, e 2,3 pontos, do financiamento imobiliário.

Endividamento das famílias

Salto em 12 meses é recorde - em %



Parcela da renda comprometida com dívidas aumentou para **21,65%***

Mas inadimplência caiu para **4,3%****

Fonte: Banco Central | *Até outubro | **Até novembro

As famílias também viram crescer a parcela da renda comprometida com o pagamento de dívidas, mas em menor magnitude: de 20,14% para 21,65%, entre outubro de 2019 e de 2020. Já a inadimplência no crédito livre para pessoa física caiu desde o pico recente de 5,6%, em maio, e chegou a 4,5% em outubro. Em novembro, desceu a 4,3%. Em 12 meses, a queda é de 0,7 ponto percentual, segundo o BC. Na crise anterior, em 2015-2016, o endividamento caiu e a inadimplência subiu.

Flavio Calife, economista da Boa Vista SCPC, afirma que as renegociações de empréstimos a partir do segundo trimestre aliviaram a inadimplência das pessoas físicas, mas o aumento das provisões dos bancos mostra que esse indicador deve subir e se manter em nível mais elevado. “Deve ficar em torno de 5,5%, sem atingir os picos anteriores, que giravam em torno de 7%”, diz. Para ele, não é preocupante.

Levantamento inédito feito pela Boa Vista também mostrou que o auxílio emergencial pode ter contribuído para reduzir os atrasos de pagamentos. Em abril os atrasos acima de 15 dias chegaram a 25,8% entre os beneficiados pelo auxílio e a 17,7% entre o consumidor geral - diferença de 8 pontos percentuais. Em outubro a discrepância caiu para 2,7 pontos, com os atrasos entre beneficiados chegando a 18,3% e a 15,6%, respectivamente.

O endividamento é calculado pelo BC levando em conta a massa de renda ampliada disponível (salários, aposentadorias, benefícios, etc.) acumulada em 12 meses e o saldo das dívidas das famílias no mês de referência. Esse indicador cresceu porque o saldo das dívidas aumentou 9% até outubro e a massa de renda cresceu entre 5% e 6%. Sem os programas de auxílio, a massa de renda teria caído em torno de 5%. O aumento do saldo, por sua vez, tem relação com o forte aumento nas renegociações de dívidas durante a pandemia. Assim, apesar da crise, os indicadores de crédito das famílias não se deterioraram em 2020.

Na série calculada pela Tendências Consultoria, que leva em conta a massa ampliada de renda habitual, o endividamento também cresce, mas em magnitude menor: de 44,7% para 45,2% entre setembro de 2019 e setembro de 2020, último dado disponível. Já o comprometimento tem uma pequena queda, de 23,7% para 21,2%.

O comprometimento, que leva em consideração juro e prazo, foi especialmente beneficiado pelo recuo do juro, afirma Isabela Tavares, economista da consultoria. Houve queda de 7,5 pontos percentuais no custo do crédito para pessoa física em

12 meses até outubro, para 35,2% ao ano. “Houve medidas de liquidez, redução de custos operacionais via redução do compulsório, queda da inadimplência com a renegociação de dívidas, Selic mantida em níveis mínimos. Esse conjunto permitiu a queda do juro e ajudou a frear o comprometimento da renda com o pagamento de dívidas”, afirma Isabela.

O endividamento e o comprometimento devem continuar a crescer em 2021, mas agora puxados sobretudo pela queda da renda, já que os auxílios terminaram, e pela provável elevação da taxa básica de juros a partir do segundo semestre. Para Calife, depois da forte queda vista em 2020, os spreads devem subir. “A alta da Selic vai encarecer a captação dos bancos e a inadimplência vai afetar o custo do crédito”. Ambos os economistas não vêem níveis de endividamento e comprometimento preocupantes, porque há uma expectativa de volta, ainda que gradual, da criação de empregos.

“As medidas fiscais e monetárias ajudaram não só o endividamento, mas a inadimplência, o consumo. Isso deve ser revertido em 2021. Deve ter um cenário um pouco pior, mas sem uma deterioração importante”, diz Isabela. A Tendências estima aumento de 7,7% na concessão de crédito livre para pessoa física em 2021 e um leve crescimento na inadimplência para pessoa física de 4,5% para 5%.

Os riscos neste cenário são uma deterioração adicional no mercado de trabalho e um aumento maior nos juros por causa da inflação, diz Calife.

Izis Ferreira, economista da Confederação Nacional do Comércio (CNC), diz que, além de ter dado fôlego ao consumo, o auxílio emergencial pode ter ajudado no pagamento de dívidas. Entre a população de renda mais alta, a sobra de recursos pela redução no consumo de serviços pode ter aberto espaço para quitar contas, além de ter gerado poupança precaucional. Com a incerteza, parte das pessoas preferiu poupar a consumir. “No início do ano, principalmente, o orçamento das famílias vai ficar mais pressionado com o fim do auxílio e os compromissos financeiros típicos do período.”

Pesquisa mensal da CNC mostra que, depois de chegar o recorde de 67,5% em agosto, o percentual de consumidores que se declararam endividados fechou 2020

em 66,3%. Mas acima dos 65,6% do mesmo período em 2019.

 COMENTÁRIOS

Mais do Valor **Econômico**

BlackRock recomenda relatório padronizado e antecipação a exigência regulatória

Larry Fink escreve que avaliação dos riscos exige informações relevantes e consistentes



26/01/2021 10:49 — Em Finanças

BNDES segue firme em 2021 na política de desinvestimentos, diz Montezano

Política de deixar participações em empresas negociadas em bolsa é uma das cinco metas do banco para o ano

Pesquisa Focus projeta recuo de 1% no trimestre

Pesquisa Focus aponta revisão por parte dos analistas e agora média projetada é de recuo de 1%

Por **Fabio Graner** — De Brasília

26/01/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

As expectativas do mercado financeiro para o desempenho da economia brasileira no primeiro trimestre deste ano tiveram significativa deterioração nos últimos dois meses.

Dados coletados pelo Banco Central no âmbito da pesquisa Focus mostram que o ponto médio das projeções de mais de uma centena de economistas passou de praticamente neutralidade para uma queda de 1% para o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro no período de janeiro a março deste ano. Essa mudança se deu em um intervalo de apenas dois meses.

A comparação é com igual trimestre de 2020 e não há estimativa para o desempenho ante os quatro meses finais. A queda projetada de 1% no trimestre refere-se ao dia 22 de janeiro. O movimento do Focus não passou despercebido pelo governo que, como o **Valor** mostrou, também já projeta uma queda do PIB neste início de ano.

O economista Carlos Lopes, do banco BV, diz que os dados do quarto trimestre que estão saindo indicariam um número melhor, aproveitando um carregamento estatístico da ordem 0,7 ponto porcentual a ser legado pelo período de outubro a dezembro. “Mas o que o mercado está colocando na conta é o avanço da pandemia, que está levando a novos lockdowns, não na mesma intensidade do início da crise lá

em abril, mas a gente está voltando a ter esses movimentos. Por isso, o primeiro trimestre está sendo cada vez mais revisado para pior”.

Para a professora de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF) Julia Braga, a visão mais negativa do mercado faz sentido com alguns indicadores coincidentes (dados que são um termômetro da atividade econômica), como o índice Cielo (de varejo) e o acompanhamento (tracking) semanal do PIB em tempo real feito pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que já mostraria uma perda de fôlego da economia.

“Realmente a gente tem um cenário bastante preocupante. Há dois fatores importantes: o fim do auxílio emergencial e uma certa inflação, que não é historicamente alta, mas que teve alta de alimentos e uma difusão do atacado para o varejo. Esses dois fatores juntos reduzem muito a renda das famílias, o que afeta o consumo das famílias, com impacto na demanda agregada”, disse.

Para ela, ainda há alguma chance de se reverter ou pelo menos minimizar esse cenário “bastante desafiador”, desde que o governo e Congresso reajam a isso, principalmente trabalhando com o Congresso na retomada do auxílio emergencial. Para ela, uma acomodação da atividade seria normal se o país estivesse em outra posição em termos de desempenho econômico, mas com um nível de desemprego tão alto a possível retração da atividade é algo que deve sim ser visto com preocupação.

A equipe econômica tem resistido à ideia de renovar o auxílio emergencial, a não ser que se encontre uma fórmula que consiga colocar o benefício dentro das regras fiscais, principalmente a do teto de gastos. Por outro lado, crescem as pressões na sociedade para que o benefício seja retomado, independentemente do teto.

O chefe do departamento econômico da Confederação Nacional do Comércio (CNC) e ex-diretor do Banco Central, Carlos Thadeu de Freitas, também avalia que o primeiro trimestre dever ter um desempenho ruim. “As vendas do comércio começaram a cair em dezembro. Agora as pessoas têm despesas como impostos, escolas e saúde mais cara. Além disso, muitos bares, lojas estão fechando mais cedo como em São Paulo, Rio de Janeiro e alguns outros municípios. E os investimentos

não estão chegando ainda”, disse Freitas, que defende que o governo poderia renovar o programa de emprego, o BEm (Benefício Emergencial).

O economista-chefe do Banco Fibra, Cristiano Oliveira, considera “provável” que a atividade mostre contração no primeiro trimestre. Em sua visão, há neste ano grande risco de insuficiência de demanda agregada, com fraqueza do consumo das famílias e do investimento. “Esse risco, se concretizado, deveria impedir ciclo de aperto monetário, nos próximos meses”, diz.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Tenha sempre por perto uma Super Lupa, um dia precisará

INTERNET REVIEW STORE

LINK PATROCINADO

Chegou o Cashback SuperGet

SUPERGET

LINK PATROCINADO

Tem um projeto de educação financeira?

FEBRABAN

LINK PATROCINADO

Concorra a R\$ 1 milhão para alavancar seu projeto!

FEBRABAN

LINK PATROCINADO

Desde o século XVII os chineses já conhecem os benefícios da pedra de jade, saiba o que ela pode fazer no seu rosto

JADE ROLLER

LINK PATROCINADO

O que é o Janeiro Branco?

ZENKLUB

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Escalada de mortes e falta de vacinação em massa colocam Bolsonaro em xeque

Puxado por pandemia, resultado da arrecadação é o pior desde 2010

Receita tributária tem que queda em 2020, mas resultado de dezembro, em alta, reforça otimismo da equipe econômica para este ano

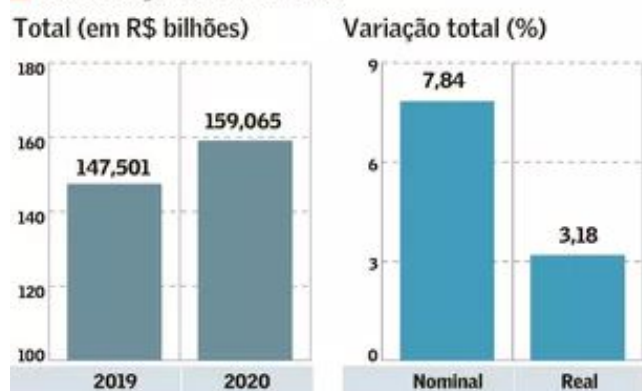
Por Edna Simão e Mariana Ribeiro — De Brasília

26/01/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Efeito covid

Apesar do crescimento em dezembro, arrecadação fecha 2020 com queda real de 6,91% ante 2019

Arrecadação em dezembro



	Receita administrada	Administrada por outros órgãos
2020	R\$ 156,369 bi	R\$ 2,696 bi
2019	R\$ 144,817 bi	R\$ 2,683 bi
Var. Nominal	7,98%	0,46%
Var. Real	3,31%	-3,88%

Arrecadação anual



	Receita administrada	Administrada por outros órgãos
2020	R\$ 1,426 tri	R\$ 52,988 bi
2019	R\$ 1,476 tri	R\$ 61,011 bi
Var. Nominal	-3,36%	-13,15%
Var. Real	-6,54%	-15,88%

Fonte: Receita Federal

Com o efeito pandemia de covid-19 sobre a economia, a arrecadação de impostos registrou uma queda real de 6,91% no ano passado, somando R\$ 1,479 trilhão. Esse é o patamar mais baixo para o período desde 2010. Seguindo uma tendência de alta iniciada em agosto, a receita em dezembro subiu 3,18%, em termos reais, para R\$

159,065 bilhões - resultado que é o melhor para o mês desde 2013. A expectativa da equipe econômica é que em 2021 o processo de recuperação das receitas continue.

Mesmo com uma variação negativa em 2020, o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse, citando o recuo nominal de 3,75%, que a queda da arrecadação foi “relativamente branda” diante do efeito do coronavírus na economia. Para ele, o resultado é “excelente” e a retomada em “V” pode ser intensificada com a vacinação em massa. Guedes participou da abertura da coletiva de apresentação dos dados.

O secretário especial da Receita Federal, José Barroso Tostes Neto, acrescentou que as perspectivas para o Produto Interno Bruto (PIB) para este ano são positivas e, por isso, a arrecadação também deve apresentar alta em relação ao ano passado. Mas ele pontuou que as análises ainda são preliminares.

O resultado das receitas em 2020 é positivo quando considerado o cenário e as projeções que estavam sendo feitas no início da crise, afirmou o secretário. A economia está se recuperando desde agosto, frisou, e as perspectivas para janeiro são positivas.

Guedes destacou que, no ano passado, o governo anunciou uma série de medidas, como o diferimento (adiamento) no pagamento de tributos federais e redução de alíquotas, que impactaram a arrecadação, mesmo com uma recuperação mais forte das receitas a partir de agosto.

Mas a retomada da economia permitiu que as empresas acertassem suas contas com a Receita, acrescentou ele. Segundo dados apresentados pelo fisco, a estimativa era de que medidas de postergação de tributos representariam R\$ 85,154 bilhões em 2020, que seriam devolvidos no segundo semestre. Porém, retornaram, de fato, R\$ 64,397 bilhões, uma diferença de R\$ 20,758 bilhões.

Pelas contas do ministro, no entanto, apenas R\$ 8 bilhões do imposto diferido não retornou aos cofres públicos, se considerados, por exemplo, os pagamentos feitos por compensação tributária e a possibilidade de erro na estimativa inicial de impacto apresentada pela Receita.

“Recuperamos mais de R\$ 60 bilhões em diferimentos, as empresas se recuperaram e pagaram os impostos diferidos”, frisou o ministro.

No ano passado, a compensação tributária disparou e somou R\$ 167,679 bilhões, um aumento de 58,86% ante 2019, sendo que R\$ 9,937 bilhões foram utilizados para acerto de conta devido ao diferimento de tributo.

Os créditos oriundos de ação judicial foram responsáveis por 38% do valor total. Foram 63,620 bilhões ao longo do ano, o que representa alta de 174% sobre o ano anterior. Apesar do forte crescimento no ano, o subsecretário de arrecadação, cadastros e atendimento da Receita Federal, Frederico Faber, afirmou que a perspectiva é de uma redução relevante nos montantes compensados em 2021.

No caso das desonerações, o governo deixou de arrecadar R\$ 119,418 bilhões em 2020 ante R\$ 96,568 bilhões um ano antes. Apenas em dezembro, elas somaram R\$ 11,716 bilhões. No ano, o destaque foi a desoneração do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) Crédito, medida tomada para fazer frente à crise, que somou R\$ 19,689 bilhões.

Também presente na divulgação, o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, afirmou que a arrecadação dos Estados cresceu 2,14%, em termos nominais, em 2020 na comparação com o ano anterior. Os números consideram receitas líquidas com ICMS e IPVA.

“A arrecadação dos entes subnacionais apresentou recuperação em 2020”, afirmou o secretário, acrescentando que o “fundo do poço” para entes em termos de receita foi em junho e, depois disso, foi observada uma trajetória contínua de recuperação.

Ele afirmou que faltam dados de nove Estados relativos ao mês de dezembro.

Segundo ele, o auxílio recebido pelos Estados, por meio da lei complementar 173, foi mais do que suficiente para compensar as perdas de arrecadação sofridas em 2020. Isso vale para todos os Estados e Distrito Federal. A “suficiência” foi de 115,7%, segundo a secretaria.

O chefe do Centro de Estudos Tributários na Receita Federal, Claudemir Malaquias, reforçou que o desempenho a partir de agosto foi “extremamente vigoroso”. “Iniciamos a recuperação e foi melhorando gradualmente até dezembro”, disse ele, acrescentando que, em termos reais, os números também estão em trajetória positiva.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Tenha sempre por perto uma Super Lupa, um dia precisará

INTERNET REVIEW STORE

LINK PATROCINADO

Tire do papel seu projeto de educação financeira

FEBRABAN

LINK PATROCINADO

O que é o Janeiro Branco?

ZENKLUB

LINK PATROCINADO

Pasta que remove riscos surpreende os moradores de Salvador

BODY COMPOUND

LINK PATROCINADO

O nosso presente é a sua aprovação na prova de Título.

MEDCEL

LINK PATROCINADO

Mulher clareia manchas do rosto e viraliza em Salvador

MELAN-FREE

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Escalada de mortes e falta de vacinação em massa colocam Bolsonaro em xeque

VALOR INVESTE